



PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA/MT
GABINETE DO PREFEITO

Avenida Brasil – N.º 2351-N – Jardim Europa – Tangará da Serra – Mato Grosso – CEP 78.300-901
Telefone: (65) 3311-4807 – E-mail: assessorialegislativa@tangaradaserra.mt.gov.br

MENSAGEM DE PROJETO DE LEI ORDINÁRIA

Tangará da Serra/MT, 25 de março de 2025.

Excelentíssimo(a) Senhor(a)

EDMILSON PORFIRIO

Vereador

Presidente da Câmara Municipal

Tangará da Serra/MT

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Presidente,
Excelentíssimos Senhores Vereadores,

Com os nossos cumprimentos, vimos perante esse Ínclito Poder Legislativo, encaminhar a inclusa propositura de Lei que **DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA META FINANCEIRA DA LEI Nº 6.544, DE 15 DE JULHO DE 2024 E SUA ALTERAÇÃO – PLANO PLURIANUAL E DA LEI Nº 6.619, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024 E SUA ALTERAÇÃO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO, E ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 183.284,51 (CENTO E OITENTA E TRÊS MIL, DUZENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA E UM CENTAVOS) NA ESTRUTURA DA LEI Nº 6.706, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA, DESTINADO A CUSTEAR DESPESAS DA SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A presente abertura de Crédito Adicional Especial, visa destinação de recursos de Superávit Financeiro, com vista a complementar recursos para continuidade da execução da obra Ampliação e Reforma do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS Jardim Shangri-lá, Área de Reserva III-D, mediante a Proposta nº 053117/2023 - Contrato de Repasse nº 946698/2023 - Operação nº 1089303-46, cujo objeto destina-se a Estruturação da rede de serviços do sistema único de assistência social - SUAS – Ampliação de Centro de Referência Especializada de Assistência de Social CREAS. Sendo formalizado onvênio/contrato de repasse foi formalizado com o concedente Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate a Fome.

Considerando que ao observar o artigo 52 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU Nº 33, de 30 de agosto de 2023 é estabelecido o prazo de até 60 (sessenta) dias para início do processo licitatório. O prazo será contado a partir da aprovação dos documentos que compreende a cláusula suspensiva, sendo este ocorrido em 13/03/2025. Considerando o contrato de repasse nº 946698/2023/mdascf/caixa firmado com o ministério do desenvolvimento e assistência social, família e combate fome, representado(a) pela caixa econômica federal, e o(a) município de Tangará da Serra, Objetivando a Execução de Ações Relativas a Proteção Social no Âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Este crédito adicional especial ampara-se no inciso II do artigo 41 e artigo 42 da Lei 4.320, de 1964 e os recursos orçamentários utilizados são os previstos no artigo 43, § 1º, inciso I, o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA/MT
GABINETE DO PREFEITO

Avenida Brasil – N.º 2351-N – Jardim Europa – Tangará da Serra – Mato Grosso – CEP 78.300-901
Telefone: (65) 3311-4807 – E-mail: assessorialegislativa@tangaradaserra.mt.gov.br

Contando com o apoio costumeiro dos nobres pares e reiterando protestos de estima e apreço, solicitamos apreciação favorável, em regime de **URGÊNCIA ESPECIAL**. Dada a importância e urgência na propositura desse recurso para ser juntado na solicitação de procedimento licitatório da obra em tela, a ser executada no prazo previsto do convênio.

Respeitosamente,

VANDER ALBERTO MASSON
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA/MT
GABINETE DO PREFEITO

Avenida Brasil – N.º 2351-N – Jardim Europa – Tangará da Serra – Mato Grosso – CEP 78.300-901
Telefone: (65) 3311-4807 – E-mail: assessorialegislativa@tangaradaserra.mt.gov.br

Página 4

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N.º _____, DE 25 DE MARÇO DE 2025

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA META FINANCEIRA DA LEI Nº 6.544, DE 15 DE JULHO DE 2024 E SUA ALTERAÇÃO – PLANO PLURIANUAL E DA LEI Nº 6.619, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024 E SUA ALTERAÇÃO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO, E ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 183.284,51 (CENTO E OITENTA E TRÊS MIL, DUZENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA E UM CENTAVOS) NA ESTRUTURA DA LEI Nº 6.706, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA, DESTINADO A CUSTEAR DESPESAS DA SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL, decreta:

Art. 1º Ficam alteradas as metas financeiras dos Projetos/Atividades, constantes na tabela abaixo, na Lei nº 6.544/2024 e sua alteração – Plano Plurianual – PPA, Lei nº 6.619/2024 e sua alteração – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, conforme planilhas abaixo:

De:

PROGRAMA: 0008 – PROMOÇÃO DA PROTEÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		
Cód.	Descrição	Meta Financeira
2814	Gestão dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social	R\$ 1.921.645,86

Para:

PROGRAMA: 0008 – PROMOÇÃO DA PROTEÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		
Cód.	Descrição	Meta Financeira
2814	Gestão dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social	R\$ 2.104.930,37

Art. 2º Fica aberto no setor de Contabilidade desta Prefeitura Municipal, **Crédito Especial** no valor de **R\$ 183.284,51 (cento e oitenta e três mil, duzentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e um centavos)**, destinados a atender despesas para as quais não havia dotação orçamentária específica no Orçamento vigente, conforme segue:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.08.02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

0008 – PROMOÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

2814 – GESTÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)

4.4.90.00.00.00. 2.711.00000000 – Aplicações Diretas.....R\$ 183.284,51

Total da suplementação.....R\$ 183.284,51

Assinado por 2 pessoas: VANDER ALBERTO MASSON e MARCIA REGINA KISS SIQUEIRA DE CASTRO CARDOSO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://tangaradaserra.1doc.com.br/verificacao/01A6-CC28-E766-3CEF> e informe o código 01A6-CC28-E766-3CEF



PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA/MT
GABINETE DO PREFEITO

Avenida Brasil – N.º 2351-N – Jardim Europa – Tangará da Serra – Mato Grosso – CEP 78.300-901
Telefone: (65) 3311-4807 – E-mail: assessorialegislativa@tangaradaserra.mt.gov.br

Art. 3º A presente Abertura de **Crédito Adicional Especial**, de que trata o artigo anterior, será subsidiado por superávit financeiro de recursos vinculados a ações de Assistência Social, apurado em 31/12/2024, vide relatório gerado pela Secretaria Municipal de Fazenda em anexo a esta lei.

Art. 4º A presente Abertura de **Crédito Adicional Especial**, ampara-se no inciso II do artigo 41 e artigo 42 da Lei nº 4.320/1964 e os recursos orçamentários utilizados são os previstos no artigo 43, § 1º, inciso I, o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Art. 5º Em atendimento à Lei nº 3.462/2010 de 18 de novembro de 2010, o objeto desta abertura de **Crédito Adicional Especial**, tem por objetivo o direcionamento de recursos com vista a proporcionar a continuidade de execução de obras para atendimento de ações dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 25 de março de 2025, 48º Aniversário de Emancipação Político-administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA/MT
GABINETE DO PREFEITO

Avenida Brasil – N.º 2351-N – Jardim Europa – Tangará da Serra – Mato Grosso – CEP 78.300-901
Telefone: (65) 3311-4807 – E-mail: assessorialegislativa@tangaradaserra.mt.gov.br

DECLARAÇÃO

DECLARO, para os devidos fins, em cumprimento às determinações contidas na Lei Complementar 101/2000 (LRF) que o projeto de lei ordinária nº 087/2025, referente à abertura de crédito adicional especial, que tem por objetivo o direcionamento de recursos com vista a proporcionar a continuidade de execução de obras para atendimento de ações dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social., possui adequação orçamentária e financeira com a **LEI Nº 6.544, DE 15 DE JULHO DE 2024 E SUA ALTERAÇÃO – PLANO PLURIANUAL E NA LEI Nº 6.619, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024 E SUA ALTERAÇÃO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO, E NA LEI Nº 6.706, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA.**

Tangará da Serra/MT, 25 de março de 2025.

MÁRCIA REGINA KISS S. CASTRO CARDOSO
Secretaria Municipal de Assistência Social

Proc. Administrativo 2.878/2025

De: Eric G. - SEMAS-DAA-ADM

Para: SEFAZ-ASOG - Assessoria de Orçamento e Gestão

Data: 25/03/2025 às 14:31:33

Setores (CC):

SEFAZ-ASOG

Setores envolvidos:

SEFAZ-ASOG, SEMAS, SEMAS-DAA-ADM

SOLICITAÇÃO DE ANÁLISE DO PLO ABERTURA DE CRÉDITO Nº

Prezados

Com os nossos melhores e cordiais cumprimentos, venho por meio deste lhe encaminhar o **PLO Abertura de Crédito nº 005- ABERTURA DE CREDITO REFORMA DO CREAS** para devidas providências.

Atenciosamente.

Márcia Regina Kiss Siqueira de Castro Cardoso

Secretária Municipal de Assistência Social.

Anexos:

005_ABERTURA_DE_CREDITO_REFORMA_DO_CREAS(1).pdf

005_ABERTURA_DE_CREDITO_REFORMA_DO_CREAS.pdf

Contrato_de_Repasse.pdf

Memorando_8_723_2025.pdf

planilha_orcamentaria.pdf

Publicacao_CR_DOU.pdf

Assinado digitalmente (emissão + anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura
Marcia Regina Kiss Siqueir...	25/03/2025 16:21:32	1Doc MARCIA REGINA KISS SIQUEIRA DE CASTRO CARDOS.

Para verificar as assinaturas, acesse <https://tangaradaserra.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **4470-7027-6E7D-2373**

Assinado por 2 pessoas: VANDER ALBERTO MASSON e MARCIA REGINA KISS SIQUEIRA DE CASTRO CARDOSO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://tangaradaserra.1doc.com.br/verificacao/>



PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Avenida Brasil – nº 2351-N – Jardim Europa – Tangará da Serra – Mato Grosso – CEP 78.300-000

Telefone: (65) 3311-4800 – E-mail: aatal@tangaradaserra.mt.gov.br

SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL
REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL

Nº:	005/SEMAS/2025	Secretaria: 08	Secretaria Municipal de Assistência Social
Especificação:	() Suplementar		(X) Especial – Natureza de Despesa
Formalização:	(X) Projeto de Lei		() Decreto

Justificativa da Abertura de Crédito:

Tal suplementação deve-se pela necessidade de aportar recursos para garantia da execução da obra Ampliação e Reforma do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS Jardim Shangri-lá, Área de Reserva III-D, mediante a Proposta nº 053117/2023 - Contrato de Repasse nº 946698/2023 - Operação nº 1089303-46, cujo objeto destina-se a Estruturação da rede de serviços do sistema único de assistência social - SUAS – Ampliação de Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS. Sendo formalizado onvênio/contrato de repasse foi formalizado com o concedente Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate a Fome que é o responsável pelo desembolso de R\$ 402.055,00.

O valor atualizado da Planilha Orçamentária Resumida de R\$ 775.339,51 (setecentos e setenta e cinco mil, trezentos e trinta e nove reais, cinquenta e um centavos), onde já está previsto e alocado no orçamento de 2025 da secretaria o valor de R\$ 402.055,00 (quatrocentos e dois mil, cinquenta e cinco reais) da emenda parlamentar e R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais) de recurso próprio, restando a diferença de **R\$ 183.284,51 (cento e oitenta e três mil, duzentos e oitenta e quatro reais, cinquenta e um centavos)**.

Considerando que ao observar o artigo 52 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU Nº 33, de 30 de agosto de 2023 é estabelecido o prazo de até 60 (sessenta) dias para início do processo licitatório. O prazo será contado a partir da aprovação dos documentos que compreende a cláusula suspensiva, sendo este ocorrido em 13/03/2025.

Considerando o CONTRATO DE REPASSE Nº 946698/2023/MDASCF/CAIXA firmado com o MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE FOME, REPRESENTADO(A) PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E O(A) MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO PROTEÇÃO SOCIAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS).

No tocante ao regime do presente projeto de lei, pedimos que seja tramitado em **REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL**, dado a importância e urgência na propositura desse recurso para ser juntado na solicitação de procedimento licitatório da obra em tela, a ser executada no prazo previsto do convênio.

Sendo desse modo, dado a importância e urgência para se concretizar os fatos acima supracitados necessitando assim que esteja todos os trâmites legais e contábeis regulares para dar prosseguimento ao processo.

ALTERAÇÃO/INCLUSÃO DE METAS FINANCEIRAS

Nº P/A/OP	Descrição do Projeto/Atividade / Natureza de despesa	Cód. Natureza Despesa	Fonte	Valor Previsto	Valor Proposto	Diferença
2814	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE REFERÊNCIA D E ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)					
	OBRAS E INSTALAÇÕES	4.4.90.51.00	1.2.711.000000-000.000	R\$ 0,00	R\$ 183.284,51	R\$ 183.284,51
Total:					R\$ 183.284,51	
Total dos Projetos/Atividade					R\$ 183.284,51	

Tangará da Serra, 25 de março de 2025.

MARCIA R. KISS S. CASTRO CARDOSO
Secretária Municipal de Assistência Social

Data: 25/03/2025

Secretária Municipal de Assistência Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Avenida Brasil – nº 2351-N – Jardim Europa – Tangará da Serra – Mato Grosso – CEP 78.300-000

Telefone: (65) 3311-4800 – E-mail: aatal@tangaradaserra.mt.gov.br

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE METAS

DECLARO, em cumprimento a disposições legais da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, que as metas físicas constantes no **Lei Nº 6.544, de 15 de julho de 2024 – PPA** e sua alteração, **NA LEI Nº 6.619, de 27 de setembro de 2024 –LDO** e sua alteração e na **Lei nº 6.706, de 10 de dezembro de 2024 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL –LOA**, referente aos Projeto Atividade 2814 será executado no ano de 2025.

Tangará da Serra, 25 de março de 2025.

MARCIA R. KISS S. CASTRO CARDOSO
Secretária Municipal de Assistência Social

Data: 25/03/2025

Secretária Municipal de Assistência Social

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA****ESTADO DE MATO GROSSO****SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Avenida Brasil – nº 2351-N – Jardim Europa – Tangará da Serra – Mato Grosso – CEP 78.300-000

Telefone: (65) 3311-4800 – E-mail: aatal@tangaradaserra.mt.gov.br**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE METAS**

DECLARO, para os devidos fins, em cumprimento às determinações contidas no art. 16 da Lei Complementar 101/2000 (LRF) que as metas físicas referentes a solicitação de elaboração de Projeto de Lei, possui adequação orçamentária e financeira e as metas previstas serão devidamente cumpridas e estão de acordo com a **Lei Nº 6.544, de 15 de julho de 2024 – PPA e sua alteração, NA LEI Nº 6.619, de 27 de setembro de 2024 –LDO e sua alteração e na Lei nº 6.706, de 10 de dezembro de 2024 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL –LOA.**

Proj/Ativ.	Descrição	Meta Prevista	Meta Realizada	Obs.
2814	GESTÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)	555	555	

Tangará da Serra, 25 de março de 2025.

MARCIA R. KISS S. CASTRO CARDOSO
Secretária Municipal de Assistência Social

Data: 25/03/2025

Secretária Municipal de Assistência Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Avenida Brasil – nº 2351-N – Jardim Europa – Tangará da Serra – Mato Grosso – CEP 78.300-000

Telefone: (65) 3311-4800 – E-mail: aatal@tangaradaserra.mt.gov.br

SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL
REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL

Nº:	005/SEMAS/2025	Secretaria: 08	Secretaria Municipal de Assistência Social
Especificação:	() Suplementar		(X) Especial – Natureza de Despesa
Formalização:	(X) Projeto de Lei		() Decreto

Justificativa da Abertura de Crédito:

Tal suplementação deve-se pela necessidade de aportar recursos para garantia da execução da obra Ampliação e Reforma do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS Jardim Shangri-lá, Área de Reserva III-D, mediante a Proposta nº 053117/2023 - Contrato de Repasse nº 946698/2023 - Operação nº 1089303-46, cujo objeto destina-se a Estruturação da rede de serviços do sistema único de assistência social - SUAS – Ampliação de Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS. Sendo formalizado onvênio/contrato de repasse foi formalizado com o concedente Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate a Fome que é o responsável pelo desembolso de R\$ 402.055,00.

O valor atualizado da Planilha Orçamentária Resumida de R\$ 775.339,51 (setecentos e setenta e cinco mil, trezentos e trinta e nove reais, cinquenta e um centavos), onde já está previsto e alocado no orçamento de 2025 da secretaria o valor de R\$ 402.055,00 (quatrocentos e dois mil, cinquenta e cinco reais) da emenda parlamentar e R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais) de recurso próprio, restando a diferença de **R\$ 183.284,51 (cento e oitenta e três mil, duzentos e oitenta e quatro reais, cinquenta e um centavos)**.

Considerando que ao observar o artigo 52 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU Nº 33, de 30 de agosto de 2023 é estabelecido o prazo de até 60 (sessenta) dias para início do processo licitatório. O prazo será contado a partir da aprovação dos documentos que compreende a cláusula suspensiva, sendo este ocorrido em 13/03/2025.

Considerando o CONTRATO DE REPASSE Nº 946698/2023/MDASCF/CAIXA firmado com o MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE FOME, REPRESENTADO(A) PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E O(A) MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO PROTEÇÃO SOCIAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS).

No tocante ao regime do presente projeto de lei, pedimos que seja tramitado em **REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL**, dado a importância e urgência na propositura desse recurso para ser juntado na solicitação de procedimento licitatório da obra em tela, a ser executada no prazo previsto do convênio.

Sendo desse modo, dado a importância e urgência para se concretizar os fatos acima supracitados necessitando assim que esteja todos os trâmites legais e contábeis regulares para dar prosseguimento ao processo.

ALTERAÇÃO/INCLUSÃO DE METAS FINANCEIRAS

Nº P/A/OP	Descrição do Projeto/Atividade / Natureza de despesa	Cód. Natureza Despesa	Fonte	Valor Previsto	Valor Proposto	Diferença
2814	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE REFERÊNCIA D E ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)					
	OBRAS E INSTALAÇÕES	4.4.90.51.00	1.2.711.000000-000.000	R\$ 0,00	R\$ 183.284,51	R\$ 183.284,51
Total:					R\$ 183.284,51	
Total dos Projetos/Atividade					R\$ 183.284,51	

Tangará da Serra, 25 de março de 2025.

MARCIA R. KISS S. CASTRO CARDOSO
Secretária Municipal de Assistência Social

Data: 25/03/2025

Secretária Municipal de Assistência Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Avenida Brasil – nº 2351-N – Jardim Europa – Tangará da Serra – Mato Grosso – CEP 78.300-000

Telefone: (65) 3311-4800 – E-mail: aatal@tangaradaserra.mt.gov.br

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE METAS

DECLARO, em cumprimento a disposições legais da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, que as metas físicas constantes no **Lei Nº 6.544, de 15 de julho de 2024 – PPA** e sua alteração, **NA LEI Nº 6.619, de 27 de setembro de 2024 –LDO** e sua alteração e na **Lei nº 6.706, de 10 de dezembro de 2024 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL –LOA**, referente aos Projeto Atividade 2814 será executado no ano de 2025.

Tangará da Serra, 25 de março de 2025.

MARCIA R. KISS S. CASTRO CARDOSO
Secretária Municipal de Assistência Social

Data: 25/03/2025

Secretária Municipal de Assistência Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Avenida Brasil – nº 2351-N – Jardim Europa – Tangará da Serra – Mato Grosso – CEP 78.300-000

Telefone: (65) 3311-4800 – E-mail: aatal@tangaradaserra.mt.gov.br

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE METAS

DECLARO, para os devidos fins, em cumprimento às determinações contidas no art. 16 da Lei Complementar 101/2000 (LRF) que as metas físicas referentes a solicitação de elaboração de Projeto de Lei, possui adequação orçamentária e financeira e as metas previstas serão devidamente cumpridas e estão de acordo com a **Lei Nº 6.544, de 15 de julho de 2024 – PPA e sua alteração, NA LEI Nº 6.619, de 27 de setembro de 2024 –LDO e sua alteração e na Lei nº 6.706, de 10 de dezembro de 2024 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL –LOA.**

Proj/Ativ.	Descrição	Meta Prevista	Meta Realizada	Obs.
2814	GESTÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)	555	555	

Tangará da Serra, 25 de março de 2025.

MARCIA R. KISS S. CASTRO CARDOSO
Secretária Municipal de Assistência Social

Data: 25/03/2025

Secretária Municipal de Assistência Social

**CONTRATO DE REPASSE Nº
946698/2023/MDASCF/CAIXA**

**CONTRATO DE REPASSE QUE ENTRE SI
CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL, POR
INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA
SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE FOME,
REPRESENTADO(A) PELA CAIXA
ECONÔMICA FEDERAL, E O(A)
MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA,
OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES
RELATIVAS AO PROTEÇÃO SOCIAL NO
ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS).**

Por este Instrumento Particular, as partes abaixo nominadas e qualificadas têm, entre si, justo e acordado o Contrato de Repasse de recursos orçamentários da União, em conformidade com este Contrato de Repasse e com a seguinte regulamentação: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº 14.133, de 2021, Lei de Diretrizes Orçamentárias Federal vigente, Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e suas alterações, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto nº 11.531, de 16 de março de 2023, e suas alterações, Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações, Instrução Normativa MPDG Nº 02, de 24 de janeiro de 2018 e suas alterações, Diretrizes Operacionais do Gestor do Programa para o exercício, Contrato de Prestação de Serviços (CPS) firmado entre o Gestor do Programa e a Caixa Econômica Federal e demais leis e normativos vigentes que tratem da matéria, as quais os partícipes se sujeitam, desde já, na forma ajustada a seguir:

PARTÍCIPIES

I – CONTRATANTE – A União Federal, por intermédio do Gestor do Programa MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE FOME, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.788.239/0001-66, representado pela Caixa Econômica Federal, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969 e constituída pelo Decreto nº 66.303, de 6 de março de 1970, regendo-se pelo Estatuto Social aprovado na Assembleia Geral de 19 de janeiro de 2018, em conformidade com o Decreto

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse

nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e suas alterações, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, Brasília-DF, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 00.360.305/0001-04, na qualidade de Mandatária da União, nos termos dos instrumentos supracitados, neste ato representada por UBIRATAN ALVES DE FREITAS, CPF nº 168.562.361-15, residente e domiciliado(a) em Rua Comandante Costa, 727 - 3º andar - Centro Norte - CEP: 78.005-400 - Cuiabá/MT, conforme Lavrada em Notas do 2º Tabelião de Notas e Protesto de Brasília - DF, no livro 3278-P, Folha 074 em 11/08/2017, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE.

II – CONTRATADO – MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.788.239/0001-66, neste ato representado pelo respectivo Prefeito Municipal, Senhor VANDER ALBERTO MASSON, CPF nº 432.285.341-20, residente e domiciliado(a) em Avenida Virgílio Favetti, s/n sem qd Área 01, Jardim Cidade Alta, CEP: 78.300-000, doravante denominado(a) simplesmente CONTRATADO.

CONDIÇÕES GERAIS

I - OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE

estruturação da rede de serviços do sistema único de assistência social - suas - ampliação de centro de referência especializada de assistência de social -creas.

II – MUNICÍPIO(S) BENEFICIÁRIO(S)

Tangará da Serra - MT.

III - CONTRATAÇÃO SOB LIMINAR

(x) Não () Sim

Apenas no caso de contratação sob liminar, aplica-se a Cláusula Décima Sétima desse Contrato de Repasse – Condições Gerais.

IV – CONTRATAÇÃO SOB CONDIÇÃO SUSPENSIVA

() Não (x) Sim

No caso de “SIM”, informar:

Documentação: Área de Intervenção, Técnica de Engenharia, Licença Ambiental e Plano de Sustentabilidade..

Prazo final para inserção das peças documentais pelo CONTRATADO no TRANSFEREGOV: 9 (nove) meses, contados da data da assinatura do documento.

V – DESCRIÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

- Recursos do Repasse da União: R\$ 402.055,00 (quatrocentos e dois mil e cinquenta e cinco reais).
- Recursos da Contrapartida aportada pelo CONTRATADO E/OU UNIDADE EXECUTORA: R\$ 34.961,30 (trinta e quatro mil novecentos e sessenta e um reais e trinta centavos).

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse

- Valor de Investimento (Repasse + Contrapartida): R\$ 437.016,30 (quatrocentos e trinta e sete mil e dezesseis reais e trinta centavos).
- Nota de Empenho nº 2023NE000223, emitida em 11/10/2023, no valor de R\$ 402.055,00 (quatrocentos e dois mil e cinquenta e cinco reais), Unidade Gestora 550015, Gestão 00001.
- Programa de Trabalho: 082445031219G0001.
- Natureza da Despesa: 444042.
- Conta Vinculada do CONTRATADO: agência nº 2086, conta nº 006. 00071020-6

VI – PRAZOS

- Término da Vigência Contratual: 22 de dezembro de 2025.
- Apresentação da Prestação de Contas Final pelo CONTRATADO: até 60 dias após o término da vigência contratual ou conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro; da denúncia ou da rescisão.
- Arquivamento pelo CONTRATADO: 5 (cinco) anos contados da data de aprovação da prestação de contas final pela CONTRATANTE.

VII – FORO

Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Mato Grosso.

VIII-A – ENDEREÇOS FÍSICOS

Endereço para entrega de correspondências ao CONTRATADO: AV. BRASIL -50-W - CENTRO - CEP 78300-000 - Tangará da Serra - MT.

Endereço para entrega de correspondências à CONTRATANTE: Rua Comandante Costa, 727 - 3º Andar Centro Norte, Cuiabá/MT.

VIII-B – ENDEREÇOS ELETRÔNICOS

Endereço eletrônico do CONTRATADO: alex@tangaradaserra.mt.gov.br; angela@tangaradaserra.mt.gov.br; escritoriodeprojetos@tangaradaserra.mt.gov.br; adaofilho@tangaradaserra.mt.gov.br; gabinete@tangaradaserra.mt.gov.br.

Endereço eletrônico da CONTRATANTE: gigovcb@caixa.gov.br.

Pelo presente instrumento, as partes nominadas no Contrato de Repasse, pactuam as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PLANO DE TRABALHO E DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA

1 – O Plano de Trabalho aprovado no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (TRANSFERGOV) é parte integrante do presente Contrato de Repasse, independente de transcrição.

1.1 – A eficácia deste Instrumento está condicionada à apresentação pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA da documentação disposta no art. 24 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023 na data da celebração do presente instrumento ou no prazo

3

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse

estabelecido no item IV das Condições Gerais deste Contrato, bem como à análise favorável pela CONTRATANTE da referida documentação.

1.1.1 – O CONTRATADO E/OU UNIDADE EXECUTORA, desde já e por este Instrumento, reconhece e dá sua anuência que o não atendimento das exigências no prazo fixado ou a não aprovação da documentação pela CONTRATANTE implicará a:

- a) Extinção do presente Contrato de Repasse independente de notificação, quando não houver liberação de recursos de repasse;
- b) Rescisão imediata do presente Contrato de Repasse, com o ressarcimento de eventuais despesas para elaboração do projeto básico ou termo de referência custeadas com recursos do instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2 – Como forma mútua de cooperação na execução do objeto do Contrato de Repasse, são obrigações das partes:

2.1 – DA CONTRATANTE

- I. Analisar e aceitar a documentação técnica, institucional e jurídica das propostas selecionadas;
- II. Celebrar o Contrato de Repasse, após atendimento dos requisitos pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, e publicar seu extrato, no Diário Oficial da União (DOU), e respectivas alterações, se for o caso;
- III. Acompanhar e aferir a execução físico-financeira do objeto pactuado, assim como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos;
- IV. Transferir ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA os recursos financeiros, na forma do cronograma de desembolso aprovado, observado o disposto na Cláusula Quinta deste Instrumento;
- V. Comunicar a assinatura e liberação de recursos ao Poder Legislativo na forma disposta na legislação;
- VI. Monitorar e acompanhar a conformidade física e financeira durante a execução do presente instrumento;
- VII. Analisar eventuais solicitações de reprogramação dos Anteprojetos, Projetos Técnicos ou Termos de Referência, submetendo-as, quando for o caso, ao Gestor do Programa, mediante o pagamento de tarifa extraordinária, conforme Cláusula Décima Segunda;
- VIII. Verificar a realização do procedimento licitatório pelo CONTRATADO, atendo-se à documentação no que tange: a contemporaneidade do certame, aos preços do licitante vencedor e sua compatibilidade com os preços de referência, ao respectivo enquadramento do objeto ajustado com o efetivamente licitado, ao fornecimento de declaração expressa firmada por representante legal do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis, ou registro no TRANSFEREGOV que a substitua;
- IX. Aferir a execução do objeto pactuado, conforme pactuado no Plano de Trabalho, por meio da verificação da compatibilidade entre estes e o efetivamente executado, assim

4

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse

como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos, de acordo com o disposto na Cláusula Quinta;

- X. Verificar a existência da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou, quando aplicável, Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, quando se tratar de obras e serviços de engenharia;
- XI. Designar, em 10 dias contados da assinatura do instrumento, os servidores ou empregados responsáveis pelo seu acompanhamento;
- XII. Divulgar em sítio eletrônico institucional as informações referentes a valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;
- XIII. Fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas ao Contrato de Repasse independente de autorização judicial;
- XIV. Notificar previamente o CONTRATADO a inscrição como inadimplente no TRANSFEREGOV, quando detectadas impropriedades ou irregularidades no acompanhamento da execução do objeto do instrumento, devendo ser incluída no aviso a respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar, e o Poder Legislativo do órgão responsável pelo instrumento;
- XV. Receber e analisar a prestação de contas encaminhada pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, bem como notificá-lo quando da não apresentação da Prestação de Contas no prazo fixado, e/ou quando constatada a má aplicação dos recursos, instaurando, se for o caso, a correspondente Tomada de Contas Especial;
- XVI. Efetuar a devolução imediata dos saldos remanescentes da conta vinculada ao instrumento para a conta única do Tesouro Nacional, nos casos aplicáveis;
- XVII. Ter a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou de ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;
- XVIII. Realizar tempestivamente no TRANSFEREGOV os atos e os procedimentos relativos ao acompanhamento da execução do objeto, registrando aqueles que por sua natureza não possam ser realizados nesse Sistema, mantendo-o atualizado;
- XIX. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do presente instrumento, providenciar o cancelamento dos saldos de empenho no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

2.2 – DO CONTRATADO

- I. Consignar no Orçamento do exercício corrente ou, em lei que autorize sua inclusão, os recursos necessários para executar o objeto do Contrato de Repasse e, no caso de investimento que extrapole o exercício, consignar no Plano Plurianual os recursos para atender às despesas em exercícios futuros que, anualmente constarão do seu Orçamento;
- II. Observar as condições para recebimento de recursos da União e para inscrição em restos a pagar estabelecidas pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;

5

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse

- III. Comprometer-se, nos casos em que couber a instituição da contribuição de melhoria, nos termos do Código Tributário Nacional, a não efetuar cobrança que resulte em montante superior à contrapartida aportada ao Contrato de Repasse;
- IV. Definir o regime de execução do objeto do Contrato de Repasse, conforme legislação vigente;
- V. Definir, por metas e etapas a forma de execução do objeto, observando:
 - a) a forma e a metodologia de comprovação do cumprimento do objeto estabelecidas pelo Gestor, conforme diretrizes programáticas ou normas complementares; e
 - b) a descrição dos parâmetros objetivos de referência para a avaliação do cumprimento do objeto estabelecidos pelo Gestor, conforme diretrizes programáticas ou normas complementares.
- VI. Definir as necessidades e demandas das obras, realizar os estudos de viabilidade preliminares e ensaios tecnológicos necessários para embasamento das soluções constantes no anteprojeto ou projeto;
- VII. Elaborar os anteprojetos, os projetos técnicos ou termos de referência relacionados ao objeto pactuado e apresentar toda documentação jurídica, técnica e institucional necessária à celebração e à eficácia do Contrato de Repasse, de acordo com os normativos do programa;
- VIII. Apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente ou entidade da esfera municipal, estadual, distrital ou federal, bem como concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, nos termos da legislação aplicável;
- IX. Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Contrato de Repasse, observando prazos e custos, designando profissional habilitado e com experiência necessária ao acompanhamento e controle das obras e serviços com a respectiva ART, RRT ou, quando aplicável, TRT da prestação de serviços de fiscalização a serem realizados, utilizando os aplicativos disponibilizados pelo órgão central do TRANSFEREGOV, para registro da execução física do objeto e quando da realização das atividades de fiscalização;
- X. Apresentar à CONTRATANTE declaração de capacidade técnica, indicando o servidor ou servidores que acompanharão a obra ou serviço de engenharia;
- XI. Garantir a existência de área gestora dos recursos recebidos por transferência voluntária da União, com atribuições definidas para gestão, celebração, execução e prestação de contas, com lotação de, no mínimo, um servidor ou empregado público efetivo, em cumprimento ao Acórdão nº 1.905, de 2017, do Plenário do Tribunal de Contas da União (Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023);
- XII. Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos anteprojetos ou projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios detectados que possam comprometer a fruição do objeto, inclusive se detectados pela CONTRATANTE ou pelos órgãos de controle;
- XIII. Garantir a existência de infraestrutura, utilidades, pessoal e licenças necessários à instalação e disponibilização dos equipamentos adquiridos;

6

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse

- XIV. Selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Gestor do Programa, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando à CONTRATANTE sempre que houver alterações;
- XV. Realizar o procedimento de compras e contratações, sob sua competência e responsabilidade, observada a legislação vigente e assegurando:
- a) a disponibilização da contrapartida, quando for o caso;
 - b) a correção dos procedimentos legais;
 - c) a suficiência do anteprojeto, do projeto básico ou do termo de referência;
 - d) a suficiência da planilha orçamentária discriminativa do percentual de Encargos Sociais Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) utilizados, cada qual com o respectivo detalhamento de sua composição, por item de orçamento ou conjunto deles; e
 - e) a utilização do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, conforme previsto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- XVI. Apresentar declaração expressa firmada por representante legal do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, ou registro no TRANSFEREGOV que a substitua, atestando o atendimento das disposições legais aplicáveis ao procedimento de compras e contratações;
- XVII. Exercer, na qualidade de contratante, a gestão e fiscalização sobre o CTEF – Contrato de Execução e Fornecimento de Obras ou Serviços ou Equipamentos;
- XVIII. Realizar visitas regulares nos empreendimentos, e apresentar os relatórios referentes às visitas realizadas quando solicitado;
- XIX. Estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do Contrato de Repasse, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;
- XX. No caso de Municípios e Distrito Federal, notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede no município ou Distrito Federal, em conformidade com a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico;
- XXI. Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Contrato de Repasse, após sua execução, de forma a possibilitar a sua funcionalidade;
- XXII. Prestar contas dos recursos transferidos pela CONTRATANTE destinados à consecução do objeto no prazo fixado no Contrato de Repasse;
- XXIII. Fornecer à CONTRATANTE, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;
- XXIV. Prever no edital de licitação e no CTEF que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readaptações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado;
- XXV. Realizar tempestivamente no TRANSFEREGOV os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, licitação, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de tomada de contas especial do Contrato de Repasse e registrar

7

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse

no TRANSFEREGOV os atos que por sua natureza não possam ser realizados nesse Sistema, mantendo-os atualizados;

- XXVI. Instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do CTEF ou gestão financeira do Contrato de Repasse, comunicando tal fato à CONTRATANTE;
- XXVII. Registrar no TRANSFEREGOV o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela Administração para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com o seu respectivo CNPJ, a publicação do termo de homologação e adjudicação, o extrato do CTEF e seus respectivos aditivos, a ART, RRT ou, quando aplicável, TRT dos anteprojetos, dos projetos, dos executores e da fiscalização de obras, as ordens de serviço ou autorizações de fornecimento e os atestes dos boletins de medições;
- XXVIII. Indicar o sistema Fala.BR como canal de comunicação efetivo, ao qual se dará ampla publicidade, para o recebimento pela União de manifestações dos cidadãos relacionados ao instrumento, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias;
- XXIX. Afixar em local visível placa de obra elaborada conforme Manual de Uso da Marca do Governo Federal – Obras, mantendo-a em bom estado de conservação durante todo o prazo de execução das obras;
- XXX. Quando o objeto do instrumento se referir à execução de obras e serviços de engenharia, incluir, nas placas e adesivos indicativos das obras, o *QR Code* do aplicativo para o cidadão, disponibilizado pelo TRANSFEREGOV, bem como informações sobre canal para o registro de denúncias, reclamações e elogios, conforme previsto no Manual de Uso da Marca do Governo Federal – Obras;
- XXXI. Ao tomar ciência de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar os Ministérios Público Federal e Estadual e a Advocacia Geral da União;
- XXXII. Obedecer às regras e diretrizes de acessibilidade na execução do objeto dos instrumentos, em conformidade com as leis, normativos e orientações técnicas que tratam da matéria;
- XXXIII. Compatibilizar o objeto do Contrato de Repasse com normas e procedimentos de preservação ambiental municipal, estadual ou federal, conforme o caso;
- XXXIV. Prever no edital de licitação as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI que integram o orçamento do anteprojeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021, ou do projeto básico da obra e/ou serviço, em cumprimento ao previsto na legislação vigente e conforme a Súmula nº 258 do Tribunal de Contas da União, vedada a utilização de orçamento sigiloso;
- XXXV. Nos casos de transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, observar o disposto no Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013, e suas alterações, nas licitações que realizar, no caso de contratação de obras ou serviços de engenharia, bem como apresentar à CONTRATANTE declaração firmada pelo representante legal do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA acerca do atendimento ao disposto no referido Decreto;

8

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse

- XXXVI. Utilizar, para aquisição de bens e serviços comuns, a modalidade pregão, nos termos da legislação vigente, obrigatoriamente a sua forma eletrônica, devendo ser justificada pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA a impossibilidade de sua utilização, vedada a utilização de orçamento sigiloso;
- XXXVII. Iniciar o procedimento licitatório em até 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado, desde que motivado pelo CONTRATADO e aceito pela CONTRATANTE, contados:
- a) Da data de assinatura do presente instrumento, caso não possua cláusula suspensiva; ou
 - b) Do aceite do termo de referência ou da emissão do Laudo de Análise Técnica, caso o presente instrumento possua cláusula suspensiva.
- XXXVIII. Apresentar declaração expressa ou fornecer declaração emitida pela empresa vencedora da licitação, atestando que esta não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação;
- XXXIX. Registrar no TRANSFEREGOV as atas e as informações sobre os participantes e respectivas propostas das licitações, bem como as informações referentes às dispensas e inexigibilidades juntamente com os pareceres técnico e jurídico que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos na legislação pertinente;
- XL. Inserir cláusula nos CTEFs destinados à execução do instrumento, para que a empresa contratada:
- a) permita o livre acesso dos servidores do Gestor e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como dos funcionários da CONTRATANTE, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas; e
 - b) insira as informações e os documentos relativos à execução da obra ou serviço de engenharia no TRANSFEREGOV;
- XLII. Atestar, por meio do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, em atendimento ao disposto na Portaria CGU nº 516, de 15 de março de 2010;
- XLIII. Consultar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, sendo vedada a participação na licitação ou contratação de empresa que consta como impedida ou suspensa;
- XLIV. Consultar no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, no que tange a registro de ato de improbidade administrativa e inelegibilidade supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça;
- XLV. Apresentar à CONTRATANTE relatório de execução do empreendimento contendo informações sobre a execução físico-financeira do Contrato de Repasse, bem como da utilização da contrapartida, conforme o art. 32 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações;
- XLV. Verificar, a cada pagamento de medição, a devida regularidade dos contratos de trabalho pelas empresas que prestam serviços, por meio de CTEF, através da

9

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse

exigência da apresentação das Guias de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP), relativas aos trabalhadores que prestaram serviços no período, no caso de contratação de obras de engenharia. (Ofício nº. 132/2021/AERIN/MAPA – Relatório de auditoria nº 201900014)

- XLVI. Responsabilizar-se pela conclusão do empreendimento quando o objeto do Contrato de Repasse prever apenas sua execução parcial e for etapa de empreendimento maior, a fim de assegurar sua funcionalidade;
- XLVII. Divulgar, em qualquer ação promocional relacionada ao objeto e/ou objetivo do Contrato de Repasse, o nome do Programa, a origem do recurso, o valor do repasse e o nome da CONTRATANTE e do Gestor do Programa, como entes participantes, obrigando-se o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA a comunicar expressamente à CAIXA a data, forma e local onde ocorrerá a ação promocional, inclusive entregas e/ou inaugurações, com antecedência mínima de 72 horas, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;
- XLVIII. Comprometer-se a utilizar a assinatura do Gestor do Programa acompanhada da marca do Governo Federal nas publicações decorrentes do Contrato de Repasse, observadas as limitações impostas pela Lei Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;
- XLIX. Responder solidariamente, os entes consorciados, no caso da execução do objeto contratual por consórcios públicos;
- L. Aplicar, no TRANSFEREGOV, os recursos creditados na conta vinculada ao Contrato de Repasse em caderneta de poupança, se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a um mês, e realizar os pagamentos de despesas do Contrato de Repasse também por intermédio do TRANSFEREGOV, observadas as disposições contidas na Cláusula Sétima deste Instrumento;
- LI. Estar ciente de que a CONTRATANTE está autorizada a efetuar o resgate dos saldos remanescentes da conta vinculada ao instrumento, nos casos em que não houver a devolução dos recursos no prazo previsto;
- LII. Estar ciente sobre a não sujeição ao sigilo bancário, quanto a União e respectivos órgãos de controle, por se tratar de recurso público;
- LIII. Dar ciência da celebração do Contrato de Repasse ao conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência, quando houver;
- LIV. Divulgar em sítio eletrônico institucional as informações referentes a valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;
- LV. Disponibilizar, em seu sítio oficial na internet, ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do instrumento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e o detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, devendo os instrumentos serem separados por ano de celebração, classificados do maior valor para o menor, podendo a disponibilização do extrato na internet ser suprida com a inserção de link na página oficial do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA que possibilite acesso direto ao TRANSFEREGOV;

10

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse

- LVI. Indicar a obrigatoriedade de contabilização e guarda dos bens remanescentes e manifestar compromisso de utilização dos bens para assegurar a continuidade da política pública, estando claras as regras e diretrizes de utilização;
- LVII. Responder, na figura de seus titulares, na medida de seus atos, competências e atribuições o CONTRATADO e solidariamente, quando for o caso, a UNIDADE EXECUTORA, por desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do instrumento;
- LVIII. Apresentar, via TRANSFEREGOV, o Plano de Sustentabilidade do empreendimento ou equipamento a ser adquirido e comunicar ao respectivo Poder Legislativo o compromisso assumido, sendo permitida, exclusivamente para obras e serviços de engenharia do Nível I, a substituição do Plano de Sustentabilidade por declaração do representante legal do CONTRATADO;
- LIX. Observar as condições para reprogramação estabelecidas na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023, e IN MPDG nº 02, de 24 de janeiro de 2018 e suas alterações;
- LX. Tomar outras providências necessárias à boa execução do objeto do Contrato de Repasse.
- LXI. Caso seja instalada placa de inauguração de conclusão das obras, garantir sua conformidade com o Manual Visual de Placas e Adesivos de Obras, regulamentado e disponibilizado pelo Governo Federal.
- LXII. Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica do instrumento em instituição financeira oficial;
- LXIII. Incluir regularmente no TRANSFEREGOV as informações e os documentos exigidos nas diretrizes programáticas e na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações, mantendo-o atualizado;
- LXIV. Atender ao disposto nas diretrizes programáticas, normas e regramentos da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações, independentemente de formalização de Termo Aditivo ao presente instrumento.
- LXV. Observar os preceitos constitucionais, a legislação ordinária e as normas complementares aplicáveis, bem como suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3 – A CONTRATANTE transferirá, ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, até o limite do valor dos Recursos de Repasse descrito no item V das CONDIÇÕES GERAIS e de acordo com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho.

3.1 – O CONTRATADO deverá depositar na conta específica do instrumento o valor dos Recursos de Contrapartida descrito no item V das CONDIÇÕES GERAIS, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso, de acordo com os percentuais e as condições estabelecidas na legislação vigente à conta de recursos alocados em seu orçamento.

11

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

Contrato de Repasse

3.2 – Os recursos transferidos pela União e os recursos do CONTRATADO destinados ao presente Contrato de Repasse, figurarão no Orçamento do CONTRATADO, obedecendo ao desdobramento por fontes de recursos e elementos de despesa.

3.3 – Quando o valor global inicialmente pactuado se demonstrar insuficiente para a execução do objeto, em função da atualização de preços praticados no mercado, poderão ser:

- I. utilizados saldos de recursos ou rendimentos de aplicação no mercado financeiro;
- II. aportados novos recursos do CONTRATADO; ou
- III. reduzidas as metas e etapas, desde que a redução não comprometa a fruição ou funcionalidade do objeto pactuado.

3.4 – Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, na conta vinculada a este Contrato de Repasse, em agência da CAIXA, isenta de cobrança de tarifas bancárias.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO DE INÍCIO DE OBRA

4 – O CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, por meio deste Instrumento, se compromete a iniciar a execução física de obras e serviços de engenharia somente após:

- I - a liberação da primeira parcela, ou parcela única de recursos da União, e a emissão automática da Autorização de Início de Obra – AIO para o Nível I; e
- II - após a emissão da Autorização de Início de Obra – AIO pela CONTRATANTE para os Níveis II a V.

4.1 - A data da primeira ordem de serviço – OS registrada no TRANSFEREGOV, pelo CONTRATADO ou UNIDADE EXECUTORA, caracterizará o início da execução física da obra ou serviço de engenharia.

4.2 – Caso a contratação seja efetuada no período pré-eleitoral, o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA declara estar ciente de que a autorização de início de objeto e a liberação dos recursos somente ocorrerá após finalizado o processo eleitoral a se realizar no mês de outubro, considerada, inclusive, a eventual ocorrência de segundo turno, em atendimento ao artigo 73, inciso VI, alínea “a” da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO, LIBERAÇÃO DE RECURSOS E PAGAMENTOS

5 – A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a sua plena execução, respondendo o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do instrumento, não cabendo a responsabilização da CONTRATANTE por inconformidades ou irregularidades praticadas pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, salvo nos casos em que as falhas decorrerem de omissão de responsabilidade atribuída à CONTRATANTE.

12

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse

5.1 – No acompanhamento da execução do objeto serão verificados:

- I. A comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;
- II. A compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no plano de trabalho, os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;
- III. A regularidade das informações registradas pelo CONTRATADO no TRANSFEREGOV;
- IV. O cumprimento das metas do plano de trabalho nas condições estabelecidas;
- V. A conformidade financeira.

5.2 – A CONTRATANTE comunicará ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica apurados durante a execução do instrumento, procedendo o bloqueio de recursos, ficando estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

5.3 – A CONTRATANTE reportará decisão quanto à aceitação ou não das justificativas apresentadas e, se for o caso, realizará procedimento de apuração de dano ao erário, ensejando registro de inadimplência no TRANSFEREGOV e imediata instauração de Tomada de Contas Especial.

5.4 – A liberação dos recursos financeiros obedecerá ao cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho, respeitando a disponibilidade financeira do Gestor do Programa e atendidas as exigências cadastrais vigentes.

5.4.1 – A liberação de recursos deverá ocorrer da seguinte forma:

- I. Para instrumentos enquadrados nos:
 - a) Níveis I e VI, preferencialmente em parcela única; e
 - b) Níveis II a V, em no mínimo 3 (três) parcelas, sendo que a primeira não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do valor global do instrumento.
- II. A liberação das parcelas previstas no cronograma de desembolso ficará condicionada à:
 - a) Conclusão do processo licitatório ou da cotação prévia dos itens de despesas apresentados pelo CONTRATADO;
 - b) Verificação e aceite da realização do processo licitatório ou da cotação prévia pela CONTRATANTE.
- III. A liberação da segunda parcela e demais subsequentes estará condicionada à execução de, no mínimo, 70% (setenta por cento) das parcelas liberadas anteriormente.

5.4.2 A exigência de execução de 70% (setenta por cento) das parcelas anteriores, para liberação de recursos de parcelas subsequentes, poderá ser excepcionalizada, desde que

13

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

Contrato de Repasse

em benefício da execução do objeto, quando justificada expressamente pelo CONTRATADO e aceita pelo Gestor ou pela CONTRATANTE.

5.5 – O cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho deverá estar em consonância com as metas e fases ou etapas de execução do objeto do instrumento.

5.6 – Quando necessário, o cronograma de desembolso deverá ser ajustado pelo CONTRATADO após à verificação da realização do processo licitatório ou da cotação prévia pela CONTRATANTE.

5.7 – Os pagamentos realizados pelo CONTRATADO ou UNIDADE EXECUTORA, relativos às despesas de obras executadas com recursos dos instrumentos estão condicionados a:

- a) Inserção do boletim de medição, no TRANSFEREGOV, pela empresa contratada para execução do objeto;
- b) Ateste do boletim de medição pelo fiscal do CONTRATADO OU UNIDADE EXECUTORA;
- c) Vistorias intermediárias *in loco*, realizadas pela CONTRATANTE, exclusivamente para os pagamentos correspondentes aos percentuais de execução verificados nos marcos de dos níveis II a V que trata o art. 86 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023;
- d) Vistoria final *in loco*, realizada pela CONTRATANTE, exclusivamente quando se referir ao pagamento da última medição.
- e) Existência de placa de inauguração das obras, quando obrigatória, para o pagamento da última medição; e
- f) Conformidade da placa de inauguração das obras, caso seja instalada, com o Manual Visual de Placas e Adesivos de Obras, regulamentado e disponibilizado pelo Governo Federal.

5.7.1 – O servidor indicado pelo CONTRATADO responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra deverá assinar e carregar no TRANSFEREGOV o relatório de fiscalização referente a cada medição.

5.7.2 – O CONTRATADO deverá verificar se os materiais aplicados e os serviços realizados atendem aos requisitos de qualidade estabelecidos pelas especificações técnicas dos anteprojetos e dos projetos de engenharia aceitos.

5.7.3 – A execução física será aferida conforme regramento disposto no art. 86 Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações.

5.7.4 – A aferição da execução do objeto, suas metas e fases ou etapas será realizada por meio da verificação da compatibilidade entre o efetivamente executado e o pactuado no Plano de Trabalho.

14

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

Contrato de Repasse

5.8 – Na hipótese de inexecução ou paralisação da execução financeira por 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados da liberação da parcela pelo Gestor ou do último pagamento realizado pelo CONTRATADO, o Gestor ou a CONTRATANTE deverão:

I – bloquear a conta corrente específica do instrumento pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias; e

II – suspender a liberação de novos recursos para o CONTRATADO no âmbito do mesmo órgão ou entidade concedente.

5.9 – Os prazos dispostos no item 5.8 da Cláusula Quinta do presente Contrato de Repasse, deverão ser suspensos quando:

I – A inexecução financeira for devida a atraso de liberação de parcelas pelo Gestor ou pela CONTRATANTE;

II – A paralisação da execução se der por determinação judicial, por recomendação ou determinação de órgãos de controle ou em razão de caso fortuito ou força maior;

III – For reconhecida pelo Congresso Nacional, no caso da União, ou pelas Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa e Câmaras Municipais na hipótese respectiva dos estados, Distrito Federal e municípios, situação de emergência ou calamidade pública na localidade de execução do objeto; e

IV – A inexecução financeira for decorrente de distrato do contrato licitado desde que:

a) o CONTRATADO demonstre que não deu causa, pelo envio de documentos comprobatórios como notificações à empresa ou ofício de solicitação de distrato pela empresa contratada; e

b) limitado ao tempo decorrido entre a emissão da ordem de serviço – OS e a publicação da rescisão do contrato.

5.10 – Após o fim do prazo mencionado no inciso I do item 5.8, não havendo comprovação do início ou da retomada da execução financeira, o instrumento deverá ser rescindido.

5.11 – Cabe ao representante legal do CONTRATADO dar continuidade à execução dos Contratos de Repasse firmados pelos seus antecessores.

5.12 – A utilização de recursos do contrato de repasse para pagamento da remuneração variável, conforme previsto na Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016) e na Lei nº 14.133/2021, é permitida somente nos casos em que os preços dos itens da Planilha Orçamentária do CTEF, aceita na VRPL – Verificação da Realização do Processo Licitatório, correspondam aos limites máximos, incluindo a remuneração variável.

CLÁUSULA SEXTA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS

6 – As despesas com a execução do objeto do presente Contrato de Repasse correrão à conta de recursos alocados nos respectivos orçamentos dos contratantes.

15

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse

6.1 – A emissão do empenho plurianual, quando for o caso, ocorrerá de acordo com determinação específica do Gestor do Programa, com incorporação ao presente Contrato de Repasse mediante Apostilamento.

6.2 – A eficácia deste Instrumento está condicionada à validade dos empenhos, que é determinada por instrumento legal, findo o qual, sem a total liberação dos recursos, o presente Contrato de Repasse fica automaticamente extinto.

6.2.1 – No caso de perda da validade dos empenhos por motivo de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo físico-financeiro poderá ser reduzido, desde que não prejudique a fruição ou funcionalidade do objeto pactuado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

7 – Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, nas hipóteses previstas em lei ou na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste Instrumento.

7.1 – A programação e a execução financeira deverão ser realizadas em separado, de acordo com a natureza e a fonte de recursos, se for o caso.

7.2 – Antes da realização de cada pagamento, o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA incluirá no TRANSFEREGOV, no mínimo, as seguintes informações:

- I. A destinação do recurso;
- II. O nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
- III. O contrato a que se refere o pagamento realizado;
- IV. A meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento;
- V. Informações das notas fiscais ou documentos contábeis.

7.3 – Os pagamentos devem ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

7.3.1 – Desde que, justificado pelo CONTRATADO, autorizado pelo Gestor ou pela CONTRATANTE e registrado no TRANSFEREGOV o beneficiário final da despesa, o crédito poderá ser realizado em conta corrente de titularidade do próprio CONTRATADO ou da UNIDADE EXECUTORA, nas hipóteses de:

- a) Questões operacionais que impeçam o pagamento por meio do TRANSFEREGOV, excetuando-se falhas de planejamento;
- b) Ressarcimento ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo Gestor do Programa e em valores além da contrapartida pactuada, desde que tenha havido a emissão da Autorização de Início de Obra – AIO.

16

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse

7.3.2 – Excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação pela instituição financeira depositária, poderá ser realizado pagamento à pessoa física que não possua conta bancária, restrito ao limite individual de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) por beneficiário, levando-se em conta toda a duração do instrumento.

7.4 – Os recursos transferidos pela CONTRATANTE não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência do presente Contrato de Repasse, permitido o pagamento de despesas posteriormente desde que comprovadamente realizadas na vigência descrita no item VI das CONDIÇÕES GERAIS.

7.5 – Os recursos transferidos, enquanto não utilizados, serão aplicados em caderneta de poupança se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a 1 mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, quando a sua utilização estiver prevista para prazo menor que 1 mês.

7.5.1 – A aplicação dos recursos, creditados na conta vinculada ao Contrato de Repasse, em fundo de curto prazo será automática, após assinatura pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA do respectivo Termo de Adesão ao fundo no ato de regularização da conta, ficando o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA responsável pela aplicação em caderneta de poupança por intermédio do TRANSFEREGOV, se o prazo previsto para utilização dos recursos transferidos for igual ou superior a 1 mês.

7.5.2 – Todos os rendimentos provenientes da aplicação dos recursos das contas vinculadas devem ser devolvidos à conta única do Tesouro ao final da execução do objeto contratado, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas.

7.5.3 – Na ocorrência de perdas financeiras decorrentes da aplicação dos recursos, que comprometam a execução do objeto contratual, fica o CONTRATADO obrigado ao aporte adicional de contrapartida.

7.5.4 – É permitida a utilização dos rendimentos de aplicação financeira para:

- I – custear valores decorrentes de atualizações de preços, quando o valor global inicialmente pactuado se demonstrar insuficiente;
- II – ampliação de metas e etapas, desde que justificado pelo CONTRATADO e autorizado pelo Gestor ou pela CONTRATANTE;
- III – reconstrução de obras, relacionadas ao objeto pactuado, danificadas em decorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, no caso da União, ou pelas Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa ou Câmaras Municipais, na hipótese dos estados, Distrito Federal e municípios, respectivamente; e
- IV – atualização de preços decorrentes de atualização de data-base, de reajustamento de preços conforme índice previsto no CTEF ou de termo aditivo para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do CTEF.

17

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

Contrato de Repasse

7.6 – Eventuais saldos financeiros verificados quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Contrato de Repasse, inclusive os provenientes das receitas auferidas em aplicações financeiras, deverão ser restituídos integralmente à UNIÃO FEDERAL, no prazo improrrogável de 30 dias do evento, na forma indicada pela CONTRATANTE na época da restituição, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável.

7.6.1 – Nos casos de descumprimento do prazo previsto no item 7.6, a CONTRATANTE solicitará à instituição financeira albergante da conta vinculada a devolução imediata dos saldos remanescentes à conta única do Tesouro Nacional.

7.7 – Deverão ser restituídos, ainda, os valores transferidos acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) Quando não houver qualquer execução física referente ao objeto pactuado neste Instrumento nem utilização de recursos;
- b) Quando for executado parcialmente o objeto pactuado neste Instrumento;
- c) Quando não for apresentada, no prazo regulamentar, a respectiva prestação de contas parcial ou final;
- d) Quando os recursos forem utilizados em desconformidade com o pactuado neste Instrumento;
- e) Quando houver utilização dos valores resultantes de aplicações financeiras em desacordo com o estabelecido no item 7.5.4;
- f) Quando houver impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições do contrato celebrado.

7.7.1 – Os recursos que permanecerem na conta vinculada, sem terem sido utilizados pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, serão devolvidos acrescidos do resultado da aplicação financeira nos termos do item 7.5, no prazo de até 30 dias do vencimento da vigência do Contrato de Repasse, da conclusão, distrato, extinção ou rescisão contratual, sob pena da imediata instauração de TCE.

7.7.2 – Nos casos de conclusão, distrato, extinção ou rescisão contratual em que o objeto for executado parcialmente, o CONTRATADO deve devolver os recursos utilizados na parte que não possua funcionalidade, devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido desse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à conta única do Tesouro.

7.7.3 – Para aplicação do item 7.7.2, a funcionalidade da parte executada será verificada pela CONTRATANTE.

18

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

Contrato de Repasse

7.7.4 – Vencidos os prazos de devolução descritos no item 7.7.1, os valores devem ser devolvidos devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução de recursos, acrescido a esse montante de 1% no mês de efetivação da devolução de recursos à conta única do Tesouro.

7.7.5 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea “c”, os recursos devem ser devolvidos incluindo os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados pela Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

7.7.6 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea “d”, será instaurada Tomada de Contas Especial, além da devolução dos recursos liberados devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% no mês de efetivação da devolução dos recursos à Conta Única do Tesouro Nacional.

7.8 – Para fins de efetivação da devolução dos recursos à União, a parcela de atualização referente à variação da SELIC será calculada proporcionalmente à quantidade de dias compreendida entre a data de referência (conforme IN TCU nº 76/2016, art. 9º) e a data de efetivo crédito do montante devido na conta única do Tesouro.

CLÁUSULA OITAVA – DOS BENS REMANESCENTES AO TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

8 – Os bens remanescentes decorrentes do Contrato de Repasse serão de propriedade do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, quando da sua extinção, desde que vinculados à finalidade a que se destinam.

CLÁUSULA NONA – DAS PRERROGATIVAS

9 – O Gestor do Programa é a autoridade competente para coordenar e definir as diretrizes do Programa, cabendo à CONTRATANTE o acompanhamento e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho.

9.1 – Sempre que julgar conveniente, o Gestor do Programa poderá promover visitas *in loco* com o propósito do acompanhamento e avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas em razão do Contrato de Repasse, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes ao assunto.

9.2 – É prerrogativa da União, por intermédio do Gestor do Programa e da CONTRATANTE, promover a fiscalização físico-financeira das atividades referentes ao Contrato de Repasse, bem como, conservar, em qualquer hipótese, a faculdade de assumir ou transferir a

19

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

Contrato de Repasse

responsabilidade da execução do objeto, no caso de sua paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer.

9.3 – As informações relativas à celebração, execução, acompanhamento, fiscalização e de prestação de contas, inclusive àquelas referentes à movimentação financeira dos instrumentos, serão públicas, exceto nas hipóteses legais de sigilo fiscal e bancário e nas situações classificadas como de acesso restrito, consoante o ordenamento jurídico.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DOCUMENTOS E DA CONTABILIZAÇÃO

10 – Obriga-se o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA a registrar, em sua contabilidade analítica, em conta específica do grupo vinculado ao ativo financeiro, os recursos recebidos da CONTRATANTE, tendo como contrapartida conta adequada no passivo financeiro, com subcontas identificando o Contrato de Repasse e a especificação da despesa.

10.1 – As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA e mantidos em arquivo, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo fixado no Contrato de Repasse.

10.1.1 – O CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA deverá disponibilizar cópias dos comprovantes de despesas ou de outros documentos à CONTRATANTE sempre que solicitado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11 – A Prestação de Contas referente aos recursos financeiros deverá ser apresentada à CONTRATANTE no prazo descrito no item VI das CONDIÇÕES GERAIS.

11.1 – Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo fixado, a CONTRATANTE estabelecerá o prazo máximo de 45 dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados pela taxa SELIC.

11.2 – Caso o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA não apresente a prestação de contas nem devolva os recursos nos termos do item anterior, ao término do prazo estabelecido, a CONTRATANTE registrará a inadimplência no TRANSFEREGOV por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica, para fins de instauração de Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

11.3 – Cabe ao representante legal do CONTRATADO prestar contas dos recursos provenientes dos Contratos de Repasse firmados pelos seus antecessores.

20

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse

11.3.1 – Na impossibilidade de atender ao disposto no item anterior, deve apresentar, à CONTRATANTE, e inserir no TRANSFEREGOV documento com justificativas que demonstrem o impedimento e as medidas adotadas para o resguardo do patrimônio público.

11.3.2 – Quando a impossibilidade de prestar contas decorrer de ação ou omissão do antecessor, o novo administrador solicitará a instauração de Tomada de Contas Especial.

11.3.3 – Os casos fortuitos ou de força maior que impeçam o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA de prestar contas dos recursos recebidos e aplicados ensejarão o envio de documentos e justificativas à CONTRATANTE, para análise e manifestação do Gestor do Programa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECOLHIMENTO DE TARIFAS EXTRAORDINÁRIAS

12 – Haverá a cobrança de tarifa extraordinária do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA nos seguintes casos em que esse(s) for(em) o(s) causador(es) da demanda:

Descrição	Custo Unitário			
	Nível I	Nível II	Nível III	Níveis IV e V
Reanálise do Plano de Trabalho	R\$ 1.400,00	R\$ 1.400,00	R\$ 1.400,00	R\$ 1.400,00
Verificação do Resultado do Processo Licitatório inapta ou repetida	R\$ 3.000,00	R\$ 9.200,00	R\$ 12.100,00	R\$ 33.500,00
Manutenção de contrato, cobrada mensalmente após 180 dias sem execução financeira	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Visita ou vistoria <i>in loco</i> em quantidade superior à prevista no Art. 86 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações	R\$ 4.500,00	R\$ 8.300,00	R\$ 13.000,00	R\$ 23.000,00
Reabertura de PCF ou TCE	R\$ 800,00	R\$ 4.000,00	R\$ 8.200,00	R\$ 17.100,00
Alteração de cronograma/eventograma	R\$ 1.700,00	R\$ 2.400,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
Atualização de orçamento	R\$ 2.400,00	R\$ 4.200,00	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00
Exclusão de meta	R\$ 3.500,00	R\$ 5.500,00	R\$ 8.400,00	R\$ 8.400,00
Ajustes no anteprojeto ou projeto	R\$ 6.500,00	R\$ 6.500,00	R\$ 9.600,00	R\$ 9.600,00
Reprogramação de Remanescente de obra	R\$ 5.000,00	R\$ 7.500,00	R\$ 10.600,00	R\$ 10.600,00
Inclusão de meta	R\$ 8.500,00	R\$ 8.500,00	R\$ 12.600,00	R\$ 12.600,00
Alteração de escopo	R\$ 9.000,00	R\$ 14.900,00	R\$ 25.700,00	R\$ 25.700,00

Descrição	Custo Unitário Nível VI	
	Valor de Repasse inferior a R\$750.000,00	Valor de Repasse igual ou superior a R\$750.000,00
Reanálise do Plano de Trabalho	R\$ 1.400,00	R\$ 1.400,00

21

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

Contrato de Repasse

Descrição	Custo Unitário Nível VI	
	Valor de Repasse inferior a R\$750.000,00	Valor de Repasse igual ou superior a R\$750.000,00
Verificação do Resultado do Processo Licitatório inapta ou repetida	R\$ 1.300,00	R\$ 4.000,00
Manutenção de contrato, cobrada mensalmente após 180 dias sem execução financeira	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Visita ou vistoria <i>in loco</i> em quantidade superior à prevista no Art. 86 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações	R\$ 3.600,00	R\$ 3.600,00
Reabertura de PCF ou TCE	R\$ 900,00	R\$ 1.700,00
Alteração de cronograma/eventograma	R\$ 1.700,00	R\$ 2.400,00
Atualização de orçamento	R\$ 2.400,00	R\$ 4.200,00
Exclusão de meta	R\$ 3.500,00	R\$ 5.500,00
Ajustes no anteprojeto ou projeto	R\$ 6.500,00	R\$ 6.500,00
Reprogramação de Remanescente de obra	-	-
Inclusão de meta	R\$ 8.500,00	R\$ 8.500,00
Alteração de escopo	R\$ 2.000,00	R\$ 4.000,00

12.1 – Os valores dos serviços acima constam em tabela disponível no site do TRANSFEREGOV.

12.2 – O comprovante de pagamento da tarifa extraordinária é apresentado à CONTRATANTE previamente à realização do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA AUDITORIA

13 – Os serviços de auditoria serão realizados pelos órgãos de controle interno e externo da União, sem elidir a competência dos órgãos de controle interno e externo do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, em conformidade com o Capítulo VI do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

13.1 – É livre o acesso dos servidores do Gestor e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como dos funcionários da CONTRATANTE, aos processos, documentos e informações referentes aos instrumentos e aos locais de execução do objeto.

13.2 – Em sendo evidenciados pelos Órgãos de Controle ou Ministério Público vícios insanáveis que impliquem nulidade da licitação realizada, o CONTRATADO deverá adotar as medidas administrativas necessárias à recomposição do erário no montante atualizado da parcela já aplicada, o que pode incluir a reversão da aprovação da prestação de contas e a instauração de Tomada de Contas Especial, independentemente da comunicação do fato ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público.

22

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA IDENTIFICAÇÃO DAS OBRAS E DAS AÇÕES PROMOCIONAIS

14 – É obrigatória a identificação do empreendimento com placa segundo modelo fornecido pela CONTRATANTE, durante o período de duração da obra, devendo ser afixada no prazo de até 15 dias, contados a partir da autorização da CONTRATANTE para o início dos trabalhos, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Lei Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

14.1 – Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do Contrato de Repasse será obrigatoriamente destacada a participação da CONTRATANTE, do Gestor do Programa, bem como o objeto de aplicação dos recursos, observado o disposto no §1º do art. 37 da Constituição Federal, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Lei Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

15 – Este Instrumento produzirá efeitos a partir da assinatura de todas as partes, sendo o início de sua vigência a data da última assinatura e o término de acordo com o prazo descrito no item VI das CONDIÇÕES GERAIS, possibilitada a sua prorrogação mediante Termo Aditivo e aprovação da CONTRATANTE, conforme o disposto no art. 35, inciso VII e § 4º, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DENÚNCIA, RESCISÃO E EXTINÇÃO

16 – O Contrato de Repasse poderá ser:

- I. Denunciado a qualquer tempo, por desistência de qualquer um dos partícipes, ficando responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente do acordo, não sendo admissível obrigatoriedade de permanência ou aplicação de sanção aos denunciantes.
- II. Rescindido, em função das seguintes motivações:
 - a) inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;
 - b) constatação de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado; ou
 - c) verificação de circunstância que enseje a instauração de TCE; ou
- III. Extinto, quando não tiver ocorrido repasse de recursos e houver descumprimento das condições suspensivas, nos prazos estabelecidos no instrumento.

16.1 – São exemplos de motivos para rescisão do Contrato de Repasse a constatação pela CONTRATANTE das seguintes situações:

- I. A utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- II. A inexistência de execução financeira após 545 dias (365 dias mais 180 dias) da liberação da primeira parcela ou do último pagamento, à exemplo do descrito na

23

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse

Cláusula Quinta, item 5.8, desde que não se enquadre nas hipóteses de suspensão do prazo, nos termos do item 5.9;

- III. A falsidade ou incorreção de informação de documento apresentado;
- IV. A verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial;

16.2 – Quando da denúncia ou rescisão do instrumento, o CONTRATADO deverá:

I – devolver os saldos remanescentes, inclusive aqueles oriundos de rendimentos de aplicações financeiras, em até 30 (trinta) dias; e

II – apresentar a prestação de contas final em até 60 (sessenta) dias.

16.3 – A denúncia, rescisão ou extinção deverá ser registrada pela CONTRATANTE no TRANSFEREGOV e publicada no Diário Oficial da União.

16.4 – Os prazos de que trata o item 16.2 deverão ser contados a partir do registro no TRANSFEREGOV.

16.5 – O não cumprimento das disposições de que trata o item 16.2 no prazo previsto ensejará instauração de TCE.

16.6 – Quando da denúncia, rescisão ou extinção do instrumento, o Gestor ou a CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de (60) sessenta dias, contado da data do registro do evento no TRANSFEREGOV, providenciar o cancelamento dos saldos de empenho, independente do indicador de resultado primário.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO PROVIMENTO JUDICIAL LIMINAR

17 – A existência de restrição do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA não foi considerada óbice à celebração do presente instrumento, em razão da decisão liminar concedida nos termos especificados no Contrato de Repasse, a qual autorizou a celebração deste instrumento, condicionada à decisão final.

17.1 – Ainda que posteriormente regularizada a restrição apontada no Contrato de Repasse, a desistência da ação ou a decisão judicial desfavorável ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA implicará a desconstituição dos efeitos da respectiva liminar, com a rescisão do presente contrato e a devolução de todos os recursos que eventualmente tenha recebido, atualizados na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ALTERAÇÃO

18 – O presente Contrato de Repasse poderá ser alterado mediante proposta, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à CONTRATANTE, em no mínimo 60

24

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse

(sessenta) dias antes do término da vigência, vedada a alteração do objeto do Contrato de Repasse.

18.1 – A alteração do prazo de vigência do Contrato de Repasse, em decorrência de atraso na liberação dos recursos por responsabilidade do Gestor do Programa, será promovida “de ofício” pela CONTRATANTE, limitada ao período do atraso verificado, fazendo disso imediato comunicado ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA.

18.2 – A alteração contratual referente ao valor do Contrato de Repasse será feita por meio de Termo Aditivo, ficando a majoração dos recursos de repasse sob decisão unilateral exclusiva do órgão responsável pela concepção da política pública em execução.

18.3 – São vedadas as alterações da Contrapartida que resulte em valores inferiores ou superiores aos limites mínimos e máximos definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

18.4 – Nos casos em que é admitida a redução ou exclusão de meta ou etapa, é necessária a solicitação justificada do CONTRATADO e o atendimento das condições abaixo (Decreto nº 8.943/2016):

- a) não represente prejuízo à funcionalidade do objeto pactuado;
- b) haja a redução da participação financeira do valor de repasse proporcional à redução de metas e etapas, com a devolução dos recursos liberados relativos às etapas e às metas reduzidas, inclusive aqueles provenientes de sua aplicação financeira;
- c) o CONTRATADO formalize compromisso de arcar com as despesas necessárias à imediata operacionalização do objeto, quando couber;
- d) o novo Plano de Trabalho seja aprovado contemplando os ajustes propostos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS VEDAÇÕES

19 – Ao CONTRATADO é vedado:

- I. Realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;
- II. No caso de obras e serviços de engenharia, iniciar a execução do objeto antes da emissão da autorização de início de obra, exceto quando se tratar dos recursos para atender às despesas de que trata o art. 25 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações;
- III. Alterar o objeto do contrato de repasse, exceto para ampliação do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta ou etapa, sem prejuízo da fruição ou funcionalidade do objeto, desde que as alterações tenham sido previamente aprovadas pela CONTRATANTE;
- IV. Utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;
- V. Reformular os projetos básicos das obras e serviços de engenharia previamente aceitos pela CONTRATANTE, exceto para ampliação do objeto pactuado, redução ou exclusão de metas ou etapas, desde que não cause prejuízo da

25

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse

fruição ou funcionalidade do objeto, inclusive para os casos de contratação semi-integrada;

- VI. Realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas e aos juros, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo Gestor e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;
- VII. Pagar, a qualquer título, empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública, ou de sociedade de economia mista, dos partícipes, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;
- VIII. Efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência.
- IX. Realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- X. Realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no plano de trabalho;
- XI. Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal do órgão ou entidade pública da Administração Direta ou Indireta, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- XII. Realizar pagamentos de diárias e passagens a militares, servidores e empregados públicos da ativa, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias Federal;
- XIII. Transferir recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar, quando for o caso;
- XIV. Computar receitas oriundas dos rendimentos de aplicações no mercado financeiro como contrapartida;
- XV. Adotar o regime de execução direta;
- XVI. Utilizar licitação cujo edital tenha sido publicado antes da assinatura do presente Contrato de Repasse ou da emissão Laudo de Análise Técnica, que consubstancia a análise técnica de engenharia e a análise documental de objeto que envolva obra, conforme previsto na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023.
- XVII. Celebrar parcerias com entidades impedidas de receber recursos federais.

19.1 – Os custos de análise das alterações do objeto originalmente pactuado, se houver, nos casos de contrato de repasse, serão de responsabilidade exclusiva do CONTRATADO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS E DAS COMUNICAÇÕES

26

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse

20 – Os documentos instrutórios ou comprobatórios relativos à execução do Contrato de Repasse deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.

20.1 – As comunicações de fatos ou ocorrências relativas ao Contrato serão consideradas como regularmente feitas se inseridas no TRANSFEREGOV ou entregues por carta protocolada, telegrama, fax ou correspondência eletrônica, com comprovante de recebimento, nos endereços descritos no item VIII das CONDIÇÕES GERAIS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA DIVULGAÇÃO DE DADOS PESSOAIS SEGUNDO A LGPD

21 – Em observância aos preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD – Lei 13.709/2018, os signatários autorizam a divulgação de seus dados pessoais constantes neste instrumento para fins de publicidade e transparência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

22 – As partes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente ajuste, sempre que viável, à tentativa de conciliação perante a Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Federal (CCAF), da Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 37 da Lei nº 13.140, de 2015, do art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, e do Decreto nº 11.174, de 16 de agosto de 2022. Não logrando êxito a conciliação, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Contrato de Repasse, o foro da Justiça Federal, descrito no item VII das CONDIÇÕES GERAIS, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e pactuados firmam este Instrumento, que será assinado pelas partes, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele.

UBIRATAN ALVES DE
FREITAS:16856236115

Assinado de forma digital por
UBIRATAN ALVES DE
FREITAS:16856236115
Dados: 2023.12.27 15:30:45 -04'00'

Assinatura da CONTRATANTE
Nome: UBIRATAN ALVES DE FREITAS
CPF: 168.562.361-15

VANDER ALBERTO
MASSON:4322853
4120

Assinado de forma digital por
VANDER ALBERTO
MASSON:43228534120
Dados: 2023.12.22 14:03:39
-04'00'

Assinatura do CONTRATADO
Nome: VANDER ALBERTO MASSON
CPF: 432.285.341-20

NATANY PAULA
BORGES:05818513661

Assinado de forma digital por NATANY
PAULA BORGES:05818513661
Dados: 2023.12.27 15:39:10 -04'00'

Assinatura do Supervisor ou Coordenador
(Contrato em Conformidade)
Nome: NATANY PAULA BORGES
CPF: 058.185.136-61

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

Memorando 8.723/2025

De: Adão F. - SEPLAN - CNVF Redigido por Luciane A.

Para: SEMAS - Gabinete do Secretário - A/C Marcia C.

Data: 18/03/2025 às 17:30:19

Setores (CC):

SEPLAN - DEP, GAB, SEMAS, SEMAS-DAA-ADM, SEPLAN - ELP

Setores envolvidos:

SEPLAN - DEP, SEPLAN - SECP, GAB, SEMAS, SEMAS-DAA-ADM, SEPLAN - ELP, SEPLAN - CNVF

Proposta nº 053117/2023 - Contrato de Repasse nº 946698/2023 - Operação nº 1089303-46.
Objeto: Estruturação da rede de serviços do sistema único de assistência social - SUAS –
Ampliação de Centro de Referência Especializada de Assistência de Social-CREAS

Prezada Secretária Marcia R. Kiss S. de Castro Cardoso

1. Com os nossos cumprimentos, considerando o convênio/contrato de repasse mencionado onde a SEMAS é a secretaria ordenadora de despesa, informamos que após sanadas as pendências foi retirada a cláusula suspensiva, deste modo, segue anexo a documentação pertinente para realização do certame licitatório visando a contratação de empresa para executar a obra:

- Contrato de repasse e publicação no Diário Oficial da União, com vigência até 22/12/2025.
- Matrícula da área nº 29.293, planilha orçamentária, mapa de cotação, projeto arquitetônico, estrutural, elétrico, hidrossanitário, projeto de estrutura metálica, cronograma físico-financeiro, memória de cálculo, memorial descritivo, ARTs, RRT, laudo de sondagem, declaração de isenção de licenciamento nº 014/SEMMEA/2024, Certificado de Segurança Contra Incêndio e Pânico, Alvará de Projeto – Reforma, Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar.
- CE GIGOV/CB 1023/2025 - Orientações para continuidade do processo.

2. Tal convênio/contrato de repasse foi formalizado com o concedente Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome que é o responsável pelo desembolso de R\$ 402.055,00 e a contrapartida do município de R\$ 34.961,30, totalizando R\$ 437.016,30.

3. Após a elaboração dos projetos e da planilha orçamentária resultou no valor de R\$ 472.055,41. Deste modo, após a realização do processo licitatório existe a possibilidade da mandatária Caixa Econômica Federal elaborar um termo aditivo para ajustar o valor do convênio ao resultado do certame.

4. Para melhor entendimento dos convênios que possuem a Caixa Econômica Federal como mandatária da União (contrato de repasse) segue um breve checklist das fases deste convênio:

- Apresentar os documentos obrigatórios para atendimento da cláusula suspensiva. Finalizado.
- Após a aprovação, realizar o processo licitatório e efetuar o lançamento do certame na plataforma Transferegov.br.

Assinado por 2 pessoas: ADÃO FERREIRO MASSON e MARCIA KISS SIQUEIRA DE CASTRO CARDOSO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://tangaradaserra.1doc.com.br/verificacao/AE46-06938-12765-1321EeeinformesocoditipoAB46-0992832766-02E4F>



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: AE42-0991-3249-1C2B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ADAO LEITE FILHO (CPF 482.XXX.XXX-87) em 18/03/2025 18:11:20 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: AC SERASA RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://tangaradaserra.1doc.com.br/verificacao/AE42-0991-3249-1C2B>



Prefeitura de Tangará da Serra
CNPJ: 03.788.239/0001-66

Obra	Bancos	B.D.I.	Encargos Sociais
Ampliação e Reforma do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS Jardim Shangri-lá, Área de Reserva III-D (NÃO DESONERADO)	SINAPI - 12/2024 - Mato Grosso SBC - 02/2025 - Mato Grosso SICRO3 - 10/2024 - Mato Grosso ORSE - 12/2024 - Sergipe	21,58%	Não Desonerado: 0,00%

Planilha Orçamentária Resumida

Item	Descrição	Total	Peso (%)
1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL - RECURSOS PRÓPRIOS	57.104,52	7,37 %
2	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA - RECURSOS PRÓPRIOS	7.333,40	0,95 %
3	SERVIÇOS PRELIMINARES - CONVÊNIO	2.528,55	0,33 %
4	SERVIÇOS PRELIMINARES - RECURSOS PRÓPRIOS	7.606,40	0,98 %
5	ARQUITETÔNICO	460.164,17	59,35 %
5.1	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS - RECURSOS PRÓPRIOS	7.101,44	0,92 %
5.2	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS - CONVÊNIO	6.038,00	0,78 %
5.3	ELEMENTOS DE VEDAÇÃO - RECURSOS PRÓPRIOS	13.405,01	1,73 %
5.4	ELEMENTOS DE VEDAÇÃO - CONVÊNIO	57.999,02	7,48 %
5.5	ESQUADRIAS - CONVÊNIO	47.041,17	6,07 %
5.6	ESQUADRIAS - RECURSOS PRÓPRIOS	12.522,22	1,62 %
5.7	REVESTIMENTOS, PISOS E CALÇADAS INTERNAS - CONVÊNIO	47.089,32	6,07 %
5.8	REVESTIMENTOS, PISOS E CALÇADAS INTERNAS - RECURSOS PRÓPRIOS	54.116,71	6,98 %
5.9	PINTURA INTERNA - CONVÊNIO	17.139,00	2,21 %
5.10	PINTURA INTERNA - RECURSOS PRÓPRIOS	6.665,34	0,86 %
5.11	PINTURA EXTERNA - RECURSOS PRÓPRIOS	26.606,68	3,43 %
5.12	PINTURA EXTERNA MURO - RECURSOS PRÓPRIOS	14.497,81	1,87 %
5.13	COBERTURA - CONVÊNIO	66.484,19	8,57 %
5.14	FORRO/LAJE - CONVÊNIO	18.453,85	2,38 %
5.15	FORRO/LAJE - RECURSOS PROPRIOS	1.843,44	0,24 %
5.16	URBANIZAÇÃO - CONVÊNIO	6.206,48	0,80 %

5.17		URBANIZAÇÃO - RECURSOS PRÓPRIOS	1	27.660,56	3,57 %
5.18		PERGOLADO - CONVÊNIO	1	5.623,44	0,73 %
5.19		ACESSIBILIDADE: RAMPA DE ACESSIBILIDADE INTERNA , DEGRAU ISOLADO, PISO TÁTIL INTERNO - CONVÊNIO	1	12.308,94	1,59 %
5.20		COMUNICAÇÃO VISUAL E TÁTIL - RECURSOS PRÓPRIOS	1	9.392,13	1,21 %
5.21		SERVIÇOS FINAIS - RECURSOS PRÓPRIOS	1	1.969,42	0,25 %
6		INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM BAIXA TENSÃO E CABEAMENTO ESTRUTURADO/CFTV	1	96.073,65	12,39 %
6.1		CAIXAS, TUBULAÇÕES - CONVÊNIO	1	12.465,98	1,61 %
6.2		QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO - RECURSOS PRÓPRIOS	1	552,20	0,07 %
6.3		CABEAMENTO ELÉTRICO - CONVÊNIO	1	16.281,29	2,10 %
6.4		DISPOSITIVOS ELÉTRICOS - CONVÊNIO	1	2.351,57	0,30 %
6.5		DISPOSITIVOS ELÉTRICOS - RECURSOS PRÓPRIOS	1	5.893,32	0,76 %
6.6		PROTEÇÕES ELÉTRICAS - CONVÊNIO	1	2.681,65	0,35 %
6.7		LUMINÁRIAS - CONVÊNIO	1	13.675,85	1,76 %
6.8		PADRÃO DE ENTRADA DE ENERGIA T4 (CONCESSIONARIA LOCAL) - RECURSOS PRÓPRIOS	1	5.529,26	0,71 %
6.9		LÓGICA – CABEAMENTO ESTRUTURADO/CFTV - CONVÊNIO	1	34.094,34	4,40 %
6.10		LÓGICA/CABEAMENTO - RECURSOS PRÓPRIOS	1	1.952,40	0,25 %
6.11		ATERRAMENTO - RECURSOS PRÓPRIOS	1	595,79	0,08 %
7		ESTRUTURAL	1	73.677,43	9,50 %
7.1		SUBESTRUTURA (FUNDAÇÃO/SAPATAS, ARRANQUES E VIGAS BALDRAMES) - CONVÊNIO	1	23.637,11	3,05 %
7.2		ESTRUTURA - CONVÊNIO	1	30.790,44	3,97 %
7.3		VERGAS E CONTRAVERGAS - CONVÊNIO	1	3.083,53	0,40 %
7.4		VERGAS E CONTRAVERGAS -RECURSOS PRÓPRIOS	1	783,84	0,10 %
7.5		SUBESTRUTURA RAMPA DE ACESSO - CONVÊNIO	1	8.424,74	1,09 %
7.6		COBERTURA DO ABRIGO DE GÁS - CONVÊNIO	1	150,62	0,02 %
7.7		TAMPAS SANITÁRIAS (FOSSA, SUMIDOURO E BOCA DE LOBO) - RECURSOS PRÓPRIOS	1	1.790,97	0,23 %
7.8		ESTRUTURAS ADICIONAIS (PAREDES INTERNAS) - RECURSOS PRÓPRIOS	1	2.377,44	0,31 %

7.9			ESTRUTURAS ADICIONAIS (MURO) - RECURSOS PRÓPRIOS		1		2.638,74	0,34 %
8			ESTRUTURA METÁLICA DA COBERTURA - CONVÊNIO		1		27.855,87	3,59 %
9			PATOLOGIA		1		1.378,82	0,18 %
9.1			INFILTRAÇÃO (PAREDE SALA ATENDIMENTO INDIVIDUAL I E DEMAIS CONTRAVERGAS NECESSÁRIAS) - RECURSOS PRÓPRIOS		1		1.378,82	0,18 %
10			HIDROSSANITÁRIO		1		39.867,18	5,14 %
10.1			LOUÇAS E METAIS - RECUROS PRÓPRIOS		1		11.796,87	1,52 %
10.2			HIDRÁULICO - CONVÊNIO		1		3.923,35	0,51 %
10.3			SANITÁRIO - CONVÊNIO		1		5.071,58	0,65 %
10.4			ÁGUAS PLUVIAIS - RECURSOS PRÓPRIOS		1		15.712,14	2,03 %
10.5			DRENOS AR CONDICIONADO - RECURSOS PRÓPRIOS		1		2.225,40	0,29 %
10.6			SHAFTS - RECURSOS PRÓPRIOS		1		1.137,84	0,15 %
11			PSCIP - RECURSOS PRÓPRIOS		1		1.749,52	0,23 %

Total sem BDI	637.807,57
Total do BDI	137.531,94
Total Geral	775.339,51

Documento assinado digitalmente
 **SABRINA STEFFANY SOLDA**
Data: 19/03/2025 09:37:36-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

assinado digitalmente
SABRINA STÉFFANY SOLDÁ
Arquiteta e Urbanista
CAU A1600789-8

Documento assinado digitalmente
 **LETICIA BASILIO DA SILVA**
Data: 19/03/2025 09:54:53-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

assinado digitalmente
LETÍCIA BASÍLIO
Engenheira Civil
CREA MT 55140

Documento assinado digitalmente
 **ALEX DA SILVA**
Data: 19/03/2025 10:45:12-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

assinado digitalmente
ALEX DA SILVA



Prefeitura de Tangará da Serra
CNPJ: 03.788.239/0001-66

Engenheiro Eletricista
CREA GO 1016570864

assinado digitalmente
ELISEU CUNHA GONÇALVES
Engenheiro Civil
CREA MT 2616014947



Documento assinado digitalmente
ELISEU CUNHA GONÇALVES
Data: 19/03/2025 11:15:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

assinado digitalmente
GABRIELA LURDES CHAVES
Engenheira Civil
CREA MT 51173
assinado digitalmente



Documento assinado digitalmente
GABRIELA LURDES CHAVES
Data: 19/03/2025 11:18:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Obra

Ampliação e Reforma do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS Jardim Shangri-lá, Área de Reserva III-D (NÃO DESONERADO)

Bancos

SINAPI - 12/2024 - Mato Grosso
SBC - 02/2025 - Mato Grosso
SICRO3 - 10/2024 - Mato Grosso
ORSE - 12/2024 - Sergipe

B.D.I.

21,58%

Encargos Sociais

Não Desonerado: 0,00%

Cronograma Físico e Financeiro

Item	Descrição	Total Por Etapa	30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS	120 DIAS	150 DIAS	180 DIAS	210 DIAS
1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL - RECURSOS PRÓPRIOS	100,00% 57.104,52	14,28% 8.154,53	14,28% 8.154,53	14,28% 8.154,53	14,28% 8.154,53	14,28% 8.154,53	14,28% 8.154,53	14,32% 8.177,37
2	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA - RECURSOS PRÓPRIOS	100,00% 7.333,40	100,00% 7.333,40						
3	SERVIÇOS PRELIMINARES - CONVÊNIO	100,00% 2.528,55	100,00% 2.528,55						
4	SERVIÇOS PRELIMINARES - RECURSOS PRÓPRIOS	100,00% 7.606,40	100,00% 7.606,40						
5	ARQUITETÔNICO	100,00% 460.164,17	2,86% 13.139,44	15,52% 71.404,03	27,39% 126.047,58	11,00% 50.603,02	27,88% 128.281,41	10,43% 47.995,91	4,93% 22.692,79
5.1	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS - RECURSOS PRÓPRIOS	100,00% 7.101,44	100,00% 7.101,44						
5.2	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS - CONVÊNIO	100,00% 6.038,00	100,00% 6.038,00						
5.3	ELEMENTOS DE VEDAÇÃO - RECURSOS PRÓPRIOS	100,00% 13.405,01		100,00% 13.405,01					
5.4	ELEMENTOS DE VEDAÇÃO - CONVÊNIO	100,00% 57.999,02		100,00% 57.999,02					
5.5	ESQUADRIAS - CONVÊNIO	100,00% 47.041,17			100,00% 47.041,17				
5.6	ESQUADRIAS - RECURSOS PRÓPRIOS	100,00% 12.522,22			100,00% 12.522,22				
5.7	REVESTIMENTOS, PISOS E CALÇADAS INTERNAS - CONVÊNIO	100,00% 47.089,32				50,00% 23.544,66	50,00% 23.544,66		
5.8	REVESTIMENTOS, PISOS E CALÇADAS INTERNAS - RECURSOS PRÓPRIOS	100,00% 54.116,71				50,00% 27.058,36	50,00% 27.058,36		
5.9	PINTURA INTERNA - CONVÊNIO	100,00% 17.139,00					50,00% 8.569,50	50,00% 8.569,50	
5.10	PINTURA INTERNA - RECURSOS PRÓPRIOS	100,00% 6.665,34					50,00% 3.332,67	50,00% 3.332,67	
5.11	PINTURA EXTERNA - RECURSOS PRÓPRIOS	100,00% 26.606,68					50,00% 13.303,34	50,00% 13.303,34	
5.12	PINTURA EXTERNA MURO - RECURSOS PRÓPRIOS	100,00% 14.497,81					30,00% 4.349,34	30,00% 4.349,34	40,00% 5.799,12
5.13	COBERTURA - CONVÊNIO	100,00% 66.484,19			100,00% 66.484,19				
5.14	FORRO/LAJE - CONVÊNIO	100,00% 18.453,85					100,00% 18.453,85		
5.15	FORRO/LAJE - RECURSOS PROPRIOS	100,00% 1.843,44					100,00% 1.843,44		
5.16	URBANIZAÇÃO - CONVÊNIO	100,00% 6.206,48						100,00% 6.206,48	
5.17	URBANIZAÇÃO - RECURSOS PRÓPRIOS	100,00% 27.660,56					50,00% 13.830,28	30,00% 8.298,17	20,00% 5.532,11
5.18	PERGOLADO - CONVÊNIO	100,00% 5.623,44					30,00% 1.687,03	70,00% 3.936,41	
5.19	ACESSIBILIDADE: RAMPA DE ACESSIBILIDADE INTERNA , DEGRAU ISOLADO, PISO TATIL INTERNO - CONVÊNIO	100,00% 12.308,94					100,00% 12.308,94		

5.20	COMUNICAÇÃO VISUAL E TÁTIL - RECURSOS PRÓPRIOS	100,00%							100,00%
		9.392,13							9.392,13
5.21	SERVIÇOS FINAIS - RECURSOS PRÓPRIOS	100,00%							100,00%
		1.969,42							1.969,42
6	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM BAIXA TENSÃO E CABEAMENTO ESTRUTURADO/CFTV	100,00%	8,26%	8,31%	20,82%	19,83%	16,03%	26,76%	
		96.073,65	7.932,04	7.981,50	19.999,22	19.052,67	15.403,07	25.705,16	
6.1	CAIXAS, TUBULAÇÕES - CONVÊNIO	100,00%		30,00%	30,00%	20,00%	10,00%	10,00%	
		12.465,98		3.739,79	3.739,79	2.493,20	1.246,60	1.246,60	
6.2	QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO - RECURSOS PRÓPRIOS	100,00%		50,00%	50,00%				
		552,20		276,10	276,10				
6.3	CABEAMENTO ELÉTRICO - CONVÊNIO	100,00%	10,00%	10,00%	20,00%	10,00%	30,00%	20,00%	
		16.281,29	1.628,13	1.628,13	3.256,26	1.628,13	4.884,39	3.256,26	
6.4	DISPOSITIVOS ELÉTRICOS - CONVÊNIO	100,00%		10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	60,00%	
		2.351,57		235,16	235,16	235,16	235,16	1.410,94	
6.5	DISPOSITIVOS ELÉTRICOS - RECURSOS PRÓPRIOS	100,00%		20,00%	10,00%	10,00%	30,00%	30,00%	
		5.893,32		1.178,66	589,33	589,33	1.768,00	1.768,00	
6.6	PROTEÇÕES ELÉTRICAS - CONVÊNIO	100,00%	20,00%	30,00%	50,00%				
		2.681,65	536,33	804,50	1.340,83				
6.7	LUMINÁRIAS - CONVÊNIO	100,00%			50,00%	50,00%			
		13.675,85			6.837,93	6.837,93			
6.8	PADRÃO DE ENTRADA DE ENERGIA T4 (CONCESSIONARIA LOCAL) - RECURSOS PRÓPRIOS	100,00%	100,00%						
		5.529,26	5.529,26						
6.9	LÓGICA – CABEAMENTO ESTRUTURADO/CFTV - CONVÊNIO	100,00%			10,00%	20,00%	20,00%	50,00%	
		34.094,34			3.409,43	6.818,87	6.818,87	17.047,17	
6.10	LÓGICA/CABEAMENTO - RECURSOS PRÓPRIOS	100,00%			10,00%	20,00%	20,00%	50,00%	
		1.952,40			195,24	390,48	390,48	976,20	
6.11	ATERRAMENTO - RECURSOS PRÓPRIOS	100,00%	40,00%	20,00%	20,00%	10,00%	10,00%		
		595,79	238,32	119,16	119,16	59,58	59,58		
7	ESTRUTURAL	100,00%	44,44%	51,72%	3,84%				
		73.677,43	32.741,47	38.106,79	2.829,17				
7.1	SUBESTRUTURA (FUNDAÇÃO/SAPATAS, ARRANQUES E VIGAS BALDRAMES) - CONVÊNIO	100,00%	80,00%	20,00%					
		23.637,11	18.909,69	4.727,42					
7.2	ESTRUTURA - CONVÊNIO	100,00%	10,00%	90,00%					
		30.790,44	3.079,04	27.711,40					
7.3	VERGAS E CONTRAVERGAS - CONVÊNIO	100,00%		50,00%	50,00%				
		3.083,53		1.541,77	1.541,77				
7.4	VERGAS E CONTRAVERGAS -RECURSOS PRÓPRIOS	100,00%		50,00%	50,00%				
		783,84		391,92	391,92				
7.5	SUBESTRUTURA RAMPA DE ACESSO - CONVÊNIO	100,00%	80,00%	20,00%					
		8.424,74	6.739,79	1.684,95					
7.6	COBERTURA DO ABRIGO DE GÁS - CONVÊNIO	100,00%		100,00%					
		150,62		150,62					
7.7	TAMPAS SANITÁRIAS (FOSSA, SUMIDOURO E BOCA DE LOBO) - RECURSOS PRÓPRIOS	100,00%		50,00%	50,00%				
		1.790,97		895,49	895,49				
7.8	ESTRUTURAS ADICIONAIS (PAREDES INTERNAS) - RECURSOS PRÓPRIOS	100,00%	80,00%	20,00%					
		2.377,44	1.901,95	475,49					
7.9	ESTRUTURAS ADICIONAIS (MURO) - RECURSOS PRÓPRIOS	100,00%	80,00%	20,00%					
		2.638,74	2.110,99	527,75					
8	ESTRUTURA METÁLICA DA COBERTURA - CONVÊNIO	100,00%			100,00%				
		27.855,87			27.855,87				
9	PATOLOGIA	100,00%		50,00%	50,00%				
		1.378,82		689,41	689,41				
10	HIDROSSANITÁRIO	100,00%		7,88%	24,85%	22,12%	21,47%	8,88%	14,80%
		39.867,18		3.142,43	9.907,37	8.819,81	8.560,08	3.539,06	5.898,44
10.1	LOUÇAS E METAIS – RECURSOS PRÓPRIOS	100,00%					20,00%	30,00%	50,00%
		11.796,87					2.359,37	3.539,06	5.898,44
10.2	HIDRÁULICO - CONVÊNIO	100,00%			33,00%	33,00%	34,00%		
		3.923,35			1.294,71	1.294,71	1.333,94		
10.3	SANITÁRIO - CONVÊNIO	100,00%			33,00%	33,00%	34,00%		
		5.071,58			1.673,62	1.673,62	1.724,34		

10.4	ÁGUAS PLUVIAIS - RECURSOS PRÓPRIOS	100,00% 15.712,14		20,00% 3.142,43	30,00% 4.713,64	30,00% 4.713,64	20,00% 3.142,43		
10.5	DRENOS AR CONDICIONADO - RECURSOS PRÓPRIOS	100,00% 2.225,40			100,00% 2.225,40				
10.6	SHAFTS - RECURSOS PRÓPRIOS	100,00% 1.137,84				100,00% 1.137,84			
11	PSCIP - RECURSOS PRÓPRIOS	100,00% 1.749,52						50,00% 874,76	50,00% 874,76
Porcentagem			10,25%	16,7%	25,21%	11,17%	20,69%	11,13%	4,86%
Custo			79.435,81	129.478,68	195.483,14	86.630,01	160.399,07	86.269,41	37.643,34
Porcentagem Acumulado			10,25%	26,94%	52,16%	63,33%	84,02%	95,14%	100,0%
Custo Acumulado			79.435,81	208.914,49	404.397,63	491.027,64	651.426,71	737.696,12	775.339,51

4.365.306,00; dos recursos: R\$ 4.345.306,00, correrão à conta da União no exercício de 2023, UG 530020, Gestão 00001, Programa de Trabalho 20608221700SX0001 , NE 2023NE00133, de 28/12/2023 e R\$ 20.000,00 de contrapartida. Vigência 30/09/2027 - 29/12/2023 LEOLUIZ AMORIM DE ANDRADE e MARIA IZALTA SILVA LOPES GAMA.

ESPÉCIE Contrato de Repasse nº 944828/2023, firmado pelo Município de SÃO BENEDITO DO SUL-PE, CNPJ 10.145.803/0001-98; junto à União Federal por intermédio do Ministério do Esporte, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto construção de campo de gramado sintético no município de são benedito do sul/pe.; Programa Esporte; Valor: R\$ 449.089,63; dos recursos: R\$ 443.764,63, correrão à conta da União no exercício de 2023, UG 180006, Gestão 00001, Programa de Trabalho 27812502600SL0001, NE 2023NE00188, de 04/09/2023 e R\$ 5.325,00 de contrapartida. Vigência 30/09/2026 - 29/12/2023 LeoluiZ Amorim de Andrade e Cláudio José Gomes de Amorim Júnior.

ESPÉCIE Contrato de Repasse nº 952997/2023, firmado pelo Município de POÇÃO - PE, CNPJ 10.265.429/0001-64; junto à União Federal por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto pavimentação de vias públicas no perímetro urbano do município de Poção / PE; Programa Mobilidade Urbana; Valor: R\$ 962.000,00; dos recursos: R\$ 960.000,00, correrão à conta da União no exercício de 2023, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 15451221900T10001, NE 2023NE002732, de 20/12/2023 e R\$ 2.000,00 de contrapartida. Vigência 30/09/2026 - 29/12/2023 LEOLUIZ AMORIM DE ANDRADE e EMERSON CORDEIRO VASCONCELOS.

EXTRATO DE CONVÊNIO

ESPÉCIE Contrato de Repasse nº 954551/2023, firmado pelo Município de IBIRAJUBA-PE, CNPJ 11.256.062/0001-85; junto à União Federal por intermédio do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto recuperação de estradas vicinais no município de ibirajuba pe.; Programa Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano; Valor: R\$ 1.922.356,00; dos recursos: R\$ 1.912.356,00, correrão à conta da União no exercício de 2023, UG 530020, Gestão 00001, Programa de Trabalho 20608221700SX0001, NE 2023NE001343, de 28/12/2023 e R\$ 10.000,00 de contrapartida. Vigência 30/09/2027 - 29/12/2023 LEOLUIZ AMORIM DE ANDRADE e MARIA IZALTA SILVA LOPES GAMA

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO CHAPECÓ - SC

EXTRATOS DE CONTRATOS

Contrato de Repasse nº 953130/2023, firmado pelo Município de Videira-SC, CNPJ 83.039.842/0001-84; junto à União Federal por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto saneamento integrado: drenagem e pavimentação de vias no município Videira-SC; Programa Saneamento Básico; Valor: R\$ 4.000.000,00; dos recursos: R\$ 574.209,75, correrão à conta da União no exercício de 2023, UG 175004, Gestão 0001, Programa de Trabalho 1751222200TM0001, NE 2023NE002831, de 21/12/2023, e R\$ 3.253.855,25 nos exercícios subseqüentes e R\$ 171.935,00 de contrapartida. Vigência 31/12/2026 - 31/12/2023 LEONARDO FOPPA e DORIVAL CARLOS BORGA.

Contrato de Repasse nº 954640/2023, firmado pelo Município de Joaçaba-SC, CNPJ 82.939.380/0001-99; junto à União Federal por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto Pavimentação de vias urbanas no Município de Joaçaba/SC, Programa Mobilidade Urbana; Valor: R\$ 500.000,00; dos recursos: R\$ 481.104,00, correrão à conta da União no exercício de 2023, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 15451221900T10001, NE 2023NE003328, de 28/12/2023 e R\$ 18.896,00 de contrapartida. Vigência 30/12/2026 - 30/12/2023 ODIRLEI SUDATTI e JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO

Contrato de Repasse nº 954618/2023, firmado pelo Município de Iraceminha-SC, CNPJ 80.623.606/0001-12; junto à União Federal por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto implantação de infraestrutura viária urbana; Programa Mobilidade Urbana; Valor: R\$ 482.000,00; dos recursos: R\$ 481.104,00, correrão à conta da União no exercício de 2023, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 15451221900T10001, NE 2023NE003308, de 28/12/2023 e R\$ 896,00 de contrapartida. Vigência 30/12/2023 - 30/12/2023 Odirlei Sudatti e Jean Carlos Nyland.

Contrato de Repasse nº 955051/2023, firmado pelo Município de Chapecó-SC, CNPJ 83.021.808/0001-82; junto à União Federal por intermédio do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto pavimentação em estradas vicinais, do perímetro rural do município de chapecó/sc.; Programa Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano; Valor: R\$ 800.000,00; dos recursos: R\$ 767.341,00, correrão à conta da União no exercício de 2023, UG 530020, Gestão 00001, Programa de Trabalho 20608221700SX0001, NE 2023NE001367, de 29/12/2023 e R\$ 32.659,00 de contrapartida. Vigência 30/12/2026 - 30/12/2023 Odirlei Sudatti e João Rodrigues.

ESPÉCIE Contrato de Repasse nº 955405/2023, firmado pelo Município de Maravilha-SC, CNPJ 82.821.190/0001-72; junto à União Federal por intermédio do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto pavimentação em estradas vicinais em comunidades rurais do município de Maravilha/SC.; Programa Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano; Valor: R\$ 500.000,00; dos recursos: R\$ 481.104,00, correrão à conta da União no exercício de 2023, UG 530020, Gestão 0001, Programa de Trabalho 20608221700SX0001, NE 2023NE00142, de 31/12/2023 e R\$ 18.896,00 de contrapartida. Vigência 31/12/2026 - 31/12/2023 LEONARDO FOPPA e SANDRO DONATI.

ESPÉCIE Contrato de Repasse nº 953126/2023, firmado pelo Município de Caçador-SC, CNPJ 83.074.302/0001-31; junto à União Federal por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto saneamento integrado: obras de drenagem urbana e pavimentação em vias públicas da cidade de Caçador SC; Programa Saneamento Básico; Valor: R\$ 5.858.648,46; dos recursos: R\$ 861.565,95, correrão à conta da União no exercício de 2023, UG 175004, Gestão 0001, Programa de Trabalho 1751222200TM0001, NE 2023NE002827, de 21/12/2023, e R\$ 4.882.207,05 nos exercícios subseqüentes e R\$ 114.875,46 de contrapartida. Vigência 30/12/2026 - 30/12/2023 LEONARDO FOPPA e ALENCAR MENDES.

ESPÉCIE Contrato de Repasse nº 954639/2023, firmado pelo Município de Maravilha-SC, CNPJ 82.821.190/0001-72; junto à União Federal por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto pavimentação asfáltica de vias públicas municipais no perímetro urbano do município de Maravilha/SC; Programa Mobilidade Urbana; Valor: R\$ 500.000,00; dos recursos: R\$ 481.104,00, correrão à conta da União no exercício de 2023, UG 175004, Gestão 0001, Programa de Trabalho 15451221900T10001, NE 2023NE003327, de 28/12/2023 e R\$ 18.896,00 de contrapartida. Vigência 30/12/2026 - 30/12/2023 LEONARDO FOPPA e SANDRO DONATI.

Contrato de Repasse nº 953157/2023, firmado pelo FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA-SC, CNPJ 84.592.369/0001-20; junto à União Federal por intermédio do Ministério da Saúde, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto reforma de unidade de atenção especializada em saúde; Programa Atenção Especializada à Saúde; Valor: R\$ 1.443.000,00; dos recursos: R\$ 443.000,00, correrão à conta da União no exercício de 2023, UG 250107, Gestão 00001, Programa de Trabalho 10302501885350001, NE 2023NE000274, de 29/12/2023, UG 250107, Gestão 00001, Programa de Trabalho 10302501885350001, NE 2023NE000275, de 29/12/2023, e R\$ 1.000.000,00 nos exercícios subseqüentes e R\$ 0,00 de contrapartida. Vigência 30/12/2026 - 30/12/2023 LEONARDO FOPPA e GENÉSIO TEO.

ESPÉCIE Contrato de Repasse nº 954622/2023, firmado pelo Município de Lebon Régis-SC, CNPJ 83.074.310/0001-88; junto à União Federal por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto construção

de calçadas e passeios na área urbana do município de lebon régis/sc.; Programa Mobilidade Urbana; Valor: R\$ 500.000,00; dos recursos: R\$ 481.104,00, correrão à conta da União no exercício de 2023, UG 175004, Gestão 0001, Programa de Trabalho 15451221900T10001, NE 2023NE003311, de 28/12/2023 e R\$ 18.896,00 de contrapartida. Vigência 30/12/2026 - 30/12/2023 Odirlei Sudatti e Douglas Fernando de Mello.

Contrato de Repasse nº 954715/2023, firmado pelo Município de Herval D'oeste-SC, CNPJ 82.939.430/0001-38; junto à União Federal por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto pavimentação urbana sob revestimento primário.; Programa Mobilidade Urbana; Valor: R\$ 500.000,00; dos recursos: R\$ 481.104,00, correrão à conta da União no exercício de 2023, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 15451221900T10001, NE 2023NE003382, de 28/12/2023 e R\$ 18.896,00 de contrapartida. Vigência: 30/12/2026 Assinatura: 30/12/2023 Odirlei Sudatti e Mauro Sérgio Martini.

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO CUIABÁ - MT

EXTRATOS DE CONTRATOS

ESPÉCIE Contrato de Repasse nº 946336/2023, firmado pelo Município de Porto Esperidião-MT, CNPJ 03.238.904/0001-48; junto à União Federal por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE FOME, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto estruturação da rede de serviços do sistema único de assistência social - suas - reforma do centro de referência de assistência social - cras; Programa Proteção Social no Âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); Valor: R\$ 239.000,00; dos recursos: R\$ 238.750,00, correrão à conta da União no exercício de 2023, UG 550015, Gestão 00001, Programa de Trabalho 082445031219G0001, NE 2023NE000134, de 03/10/2023 e R\$ 250,00 de contrapartida. Vigência 27/12/2025 - 27/12/2023 Ubiratan Alves de Freitas e Martins Dias de Oliveira.

Contrato de Repasse nº 948106/2023, firmado pelo Município de Poconé, CNPJ 03.162.872/0001-44, neste ato representando o FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, CNPJ 11.975.531/0001-16; junto à União Federal por intermédio do Ministério da Saúde, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto reforma de unidade de atenção especializada em saúde; Programa Atenção Especializada à Saúde; Valor: R\$ 484.000,00; dos recursos: R\$ 484.000,00, correrão à conta da União no exercício de 2023, UG 250107, Gestão 00001, Programa de Trabalho 10302501885355367, NE 2023NE000141, de 05/12/2023 e R\$ 0,00 de contrapartida. Vigência 29/11/2026 - 29/12/2023 Ubiratan Alves de Freitas e Ilma Regina de Figueiredo.

Contrato de Repasse nº 954176/2023, firmado pelo ESTADO DE MATO GROSSO-MT, CNPJ 03.507.415/0001-44; junto à União Federal por intermédio do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto implantação e pavimentação asfáltica de rodovia estadual, na região sudeste do estado de mato grosso.; Programa Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano; Valor: R\$ 7.332.979,76; dos recursos: R\$ 7.260.376,00, correrão à conta da União no exercício de 2023, UG 530020, Gestão 00001, Programa de Trabalho 5300020230026 , NE 2023NE001282, de 27/12/2023 e R\$ 72.603,76 de contrapartida. Vigência 29/03/2026 - 29/12/2023 Ubiratan Alves de Freitas e MARCELO DE OLIVEIRA E SILVA. Contrato de Repasse nº 952693/2023, firmado pelo ESTADO DE MATO GROSSO-MT, CNPJ 03.507.415/0001-44; junto à União Federal por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto intervenções de qualificação viária no perímetro urbano do município de cáceres - mt.; Programa Mobilidade Urbana; Valor: R\$ 4.888.653,40; dos recursos: R\$ 4.840.250,89, correrão à conta da União no exercício de 2023, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 15451221900T10001, NE 2023NE002577, de 19/12/2023 e R\$ 48.402,51 de contrapartida. Vigência 30/03/2026 - 29/12/2023 Ubiratan Alves de Freitas e MARCELO DE OLIVEIRA E SILVA. Contrato de Repasse nº 952789/2023, firmado pelo ESTADO DE MATO GROSSO-MT, CNPJ 03.507.415/0001-44; junto à União Federal por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto intervenções de qualificação viária no perímetro urbano do município de nova lacerda - mt.; Programa Mobilidade Urbana; Valor: R\$ 2.444.326,70; dos recursos: R\$ 2.420.125,44, correrão à conta da União no exercício de 2023, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 15451221900T10001, NE 2023NE002673, de 19/12/2023 e R\$ 24.201,26 de contrapartida. Vigência 30/03/2026 - 29/12/2023 Ubiratan Alves de Freitas e MARCELO DE OLIVEIRA E SILVA.

ESPÉCIE Contrato de Repasse nº 946698/2023, firmado pelo Município de Tangará da Serra - MT, CNPJ 03.788.239/0001-66; junto à União Federal por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE FOME, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto estruturação da rede de serviços do sistema único de assistência social SUAS - Ampliação de Centro de Referência Especializada de Assistência de Social - CREAS; Programa Proteção Social no Âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); Valor: R\$ 437.016,30; dos recursos: R\$ 402.055,00, correrão à conta da União no exercício de 2023, UG 550015, Gestão 00001, Programa de Trabalho 082445031219G0001, NE 2023NE000223, de 11/10/2023 e R\$ 34.961,30 de contrapartida. Vigência 22/12/2025 - 27/12/2023 Ubiratan Alves de Freitas e VANDER ALBERTO MASSON.

Contrato de Repasse nº 946596/2023, firmado pelo Município de Rondonópolis-MT, CNPJ 03.347.101/0001-21; junto à União Federal por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE FOME, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto estruturação da rede de serviços do sistema único de assistência social - suas - construção de centro de referência de assistência social cras; Programa Proteção Social no Âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); Valor: R\$ 1.011.000,00; dos recursos: R\$ 965.505,00, correrão à conta da União no exercício de 2023, UG 550015, Gestão 00001, Programa de Trabalho 082445031219G0001, NE 2023NE000194, de 06/10/2023 e R\$ 45.495,00 de contrapartida. Vigência 29/11/2026 - 29/12/2023 Ubiratan Alves de Freitas e JOSE CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO.

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO CURITIBA - PR

EXTRATOS DE CONTRATOS

Contrato de Repasse nº 952196/2023, firmado pelo Município de Almirante Tamandaré-PR, CNPJ 76.105.659/0001-74; junto à União Federal por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto: Drenagem e abastecimento de água no Município de Almirante Tamandaré/PR; Programa Saneamento Básico; Valor: R\$ 9.671.910,10; dos recursos: R\$ 1.436.278,65, correrão à conta da União no exercício de 2023, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1751222200TM0001, NE 2023NE002817, de 21/12/2023, e R\$ 8.138.912,35 nos exercícios subseqüentes e R\$ 96.719,10 de contrapartida. Vigência 29/12/2027 - 29/12/2023 Célio Américo Alves Izidoro e Gerson Denilson Colodel.

Contrato de Repasse nº 954011/2023, firmado pelo Município de Lapa-PR, CNPJ 76.020.452/0001-05; junto à União Federal por intermédio do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto pavimentação de estrada rural.; Programa Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano; Valor: R\$ 321.531,00; dos recursos: R\$ 311.531,00, correrão à conta da União no exercício de 2023, UG 530020, Gestão 00001, Programa de Trabalho 20608221700SX0001, NE 2023NE001268, de 27/12/2023 e R\$ 10.000,00 de contrapartida. Vigência 29/12/2026 - 29/12/2023 CELIO AMERICO ALVES IZIDORO e DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS. Contrato de Repasse nº 954099/2023, firmado pelo Município de Quatro Barras-PR, CNPJ 76.105.568/0001-39; junto à União Federal por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto recape de via pública no município de quatro barras.; Programa Mobilidade Urbana; Valor: R\$ 1.443.714,00; dos recursos: R\$ 1.441.714,00, correrão à conta da União no exercício de



Superavit Financeiro em 31/12/2024

Conta bancária	Fonte/destinação				Saldo bancário	Comprometido RP a liquidar	Comprometido RP liquidado	Outras obrigações e bloqueios	Soma de obrigações	Superavit/Deficit (+/-)	Fonte Superavitária				Observação
110016-5	1	1	501	0000000 000 000	1.645.756,92										
20101070000	1	1	501	0000000 000 000	42.625,16										
20101030000	1	1	501	0000000 000 000	11.445,24										
166267-8	1	1	501	0000000 000 000	4.225.092,66										
202006-3	1	1	501	0000000 000 000	431.587,81										
647072-0	1	1	501	0000000 000 000	17.468,01										
647076-2	1	1	501	0000000 000 000	18.757,87										
45000004-5	1	1	501	0000000 000 000	91,42										
009-8	1	2	501	0000000 000 000	5.788.011,94	7.830.406,32	2.330,04	0,00	7.832.736,36						
14561-0	1	2	501	0000000 000 000	160.000,00										
27782-7	1	2	501	0000000 000 000	3.121,80										
110016-5	1	2	501	0000000 000 000	480.043,57										
166267-8	1	2	501	0000000 000 000	8.663.748,53										
202006-3	1	2	501	0000000 000 000	2.856.609,25										
647076-2	1	2	501	0000000 000 000	48.818,75										
Soma	1	501	0000000 000 000	30.588.003,27	14.241.879,19	29.995,78	11.445,24	14.283.320,21	16.304.683,06	1 2 501 0000000 000 000	Rec. não vinculados (não impostos)				
29780-1	1	2	502	0000000 000 000	1.315.228,05	1.295.584,05	0,00	0,00	1.295.584,05						
Soma	1	502	0000000 000 000	1.315.228,05	1.295.584,05	0,00	0,00	1.295.584,05	19.644,00	1 2 502 0000000 000 000	Transf. União (não impostos)				
10007-2	1	1	711	0000000 000 000	195.587,20	0,00	0,00	0,00	0,00						
10007-2	1	2	711	0000000 000 000	655.507,46	358.104,10	6.325,83	0,00	364.429,93						
27780-0	1	2	711	0000000 000 000	6.325,83										
Soma	1	711	0000000 000 000	857.420,49	358.104,10	6.325,83	0,00	364.429,93	492.990,56	1 2 711 0000000 000 000	Trans. União aux.				
10007-2	1	1	711	0000801 000 000	10.152,14	0,00	0,00	0,00	0,00						
10007-2	1	2	711	0000801 000 000	9.648,94	9.153,63	0,00	0,00	9.153,63						
Soma	1	711	0000801 000 000	19.801,08	9.153,63	0,00	0,00	9.153,63	10.647,45	1 2 711 0000801 000 000	Transf. União Covid				
10007-2	1	1	711	0000802 000 000	15.286,18	0,00	547,91	0,00	547,91						
10007-2	1	2	711	0000802 000 000	68.441,25	0,00	0,00	0,00	0,00						
Soma	1	711	0000802 000 000	83.727,43	0,00	547,91	0,00	547,91	83.179,52	1 2 711 0000802 000 000	Transf. União auxílio LC 173/2020				
71011-7	1	1	711	0000804 000 000	3.308,13	1.392.397,50	11.160,00	3.308,13	1.406.865,63						
20101030000	1	1	711	0000804 000 000	3.308,13										
283141-4	1	1	711	0000804 000 000	2.495.097,37										
283141-4	1	2	711	0000804 000 000	97.306,86	51.893,45	0,00	0,00	51.893,45						
Soma	1	711	0000804 000 000	2.599.020,49	1.444.290,95	11.160,00	3.308,13	1.458.759,08	1.140.261,41	1 2 711 0000804 000 000	Transf. União LC 176/2020				
29780-1	1	2	718	0000000 000 000	45.909,25	43.200,00	0,00	0,00	43.200,00						
Soma	1	718	0000000 000 000	45.909,25	43.200,00	0,00	0,00	43.200,00	2.709,25	1 2 718 0000000 000 000	Aux. financ. Autorga ICMS LC123/22				





**COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA/REALIZADA
DE 01/01/2025 ATÉ 25/03/2025**

FICHA	CODIGO ESPECIFICAÇÃO			DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	EMPENHADO		LIQUIDADADO		PAGO		A PAGAR	SALDO
				INICIAL	ATUAL	PERIODO	ACUMULADO	PERIODO	ACUMULADO	PERIODO	ACUMULADO		
	Orgão	0208	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA S OCIAL	1.921.645,86	1.921.645,86	225.775,45	225.775,45	131.915,81	131.915,81	131.190,67	131.190,67	94.584,78	1.695.870,41
	Unidade	020802	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.921.645,86	1.921.645,86	225.775,45	225.775,45	131.915,81	131.915,81	131.190,67	131.190,67	94.584,78	1.695.870,41
	Função	08	Assistência Social	1.921.645,86	1.921.645,86	225.775,45	225.775,45	131.915,81	131.915,81	131.190,67	131.190,67	94.584,78	1.695.870,41
	SubFunção	244	Assistência Comunitária	1.921.645,86	1.921.645,86	225.775,45	225.775,45	131.915,81	131.915,81	131.190,67	131.190,67	94.584,78	1.695.870,41
	Programa	0008	PROMOÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPE CIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEX	1.921.645,86	1.921.645,86	225.775,45	225.775,45	131.915,81	131.915,81	131.190,67	131.190,67	94.584,78	1.695.870,41
	Proj.Atividade	2814	GESTÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCI A ESPECIALIZADOS DE ASSISTÊNC	1.921.645,86	1.921.645,86	225.775,45	225.775,45	131.915,81	131.915,81	131.190,67	131.190,67	94.584,78	1.695.870,41
982	3.1.90.04.00	-1.1.500.000000C-000000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	215.000,00	215.000,00	35.679,40	35.679,40	35.679,40	35.679,40	35.679,40	35.679,40	0,00	179.320,60
984	3.1.90.11.00	-1.1.500.000000C-000000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FI PESSOAL CIVIL	528.000,00	528.000,00	75.749,81	75.749,81	75.749,81	75.749,81	75.749,81	75.749,81	0,00	452.250,19
985	3.1.90.13.00	-1.1.500.000000C-000000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	44.100,00	44.100,00	5.216,19	5.216,19	5.216,19	5.216,19	5.216,19	5.216,19	0,00	38.883,81
986	3.1.90.94.00	-1.1.500.000000C-000000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
987	3.1.91.13.00	-1.1.500.000000C-000000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	98.529,29	98.529,29	9.364,73	9.364,73	9.364,73	9.364,73	8.639,59	8.639,59	725,14	89.164,56
989	3.3.90.30.00	-1.1.500.000000C-000000	MATERIAL DE CONSUMO	60.000,00	50.000,00	12.436,50	12.436,50	2.013,83	2.013,83	2.013,83	2.013,83	10.422,67	37.563,50
994	3.3.90.39.00	-1.1.500.000000C-000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIR PESSOA JURÍDICA	95.000,00	94.000,00	38.201,27	38.201,27	3.441,66	3.441,66	3.441,66	3.441,66	34.759,61	55.798,73
1919	3.3.90.40.00	-1.1.500.000000C-000000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	50.000,00	50.000,00	28.988,28	28.988,28	0,00	0,00	0,00	0,00	28.988,28	21.011,72
2189	3.3.90.33.00	-1.1.500.000000C-000000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	50.000,00	50.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	40.000,00
2717	3.3.90.47.00	-1.1.500.000000C-000000	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	1.000,00	140,00	140,00	140,00	140,00	140,00	140,00	0,00	860,00
2778	3.3.90.32.00	-1.1.500.000000C-000000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PAI DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0,00	10.000,00	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	2.500,00
1001516	3.3.91.39.00	-1.1.500.000000C-000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIR PESSOA JURÍDICA	2.500,00	2.500,00	2.499,27	2.499,27	310,19	310,19	310,19	310,19	2.189,08	0,73
1001596	3.1.90.08.00	-1.1.500.000000C-000000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENC	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
1001597	3.3.90.30.00	-4.1.660.000000C-080007	MATERIAL DE CONSUMO	4.661,57	4.661,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.661,57
1002211	3.3.90.14.00	-1.1.500.000000C-000000	DIÁRIAS - CIVIL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
1002212	4.4.90.52.00	-1.1.500.000000C-000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00
1002584	3.1.90.11.00	-4.1.660.000000C-080007	VENCIMENTOS E VANTAGENS FI PESSOAL CIVIL	104.600,00	104.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	104.600,00
1002585	3.1.91.13.00	-4.1.660.000000C-080007	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	17.000,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00
1002586	4.4.90.51.00	-1.1.500.000000C-000000	OBRAS E INSTALAÇÕES	190.000,00	190.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	190.000,00
1002587	4.4.90.51.00	-4.1.665.000000C-081054	OBRAS E INSTALAÇÕES	402.055,00	402.055,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	402.055,00
TOTAL				1.921.645,86	1.921.645,86	225.775,45	225.775,45	131.915,81	131.915,81	131.190,67	131.190,67	94.584,78	1.695.870,41





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 01A6-CC28-E766-3CEF

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



VANDER ALBERTO MASSON (CPF 432.XXX.XXX-20) em 26/03/2025 17:19:53 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: AC SERASA RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)



MARCIA REGINA KISS SIQUEIRA DE CASTRO CARDOSO (CPF 696.XXX.XXX-20) em 27/03/2025 09:26:34 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://tangaradaserra.1doc.com.br/verificacao/01A6-CC28-E766-3CEF>